

Os espaços de culto dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo na cidade da Paraíba

Beatriz Tavares Porfírio

Orientador: Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho



Beatriz Tavares Porfírio

Os espaços de culto dos
conventos de Santo Antônio e
de Nossa Senhora do Carmo
na cidade da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção de título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade Federal da Paraíba.

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

João Pessoa,
Abril de 2020

Beatriz Tavares Porfírio

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

Profa. Dra. Maria Berthilde Moura Filha
Examinadora

Profa. Me. Maria Helena de Andrade Azevedo
Examinadora

Os espaços de culto dos
conventos de Santo Antônio e
de Nossa Senhora do Carmo
na cidade da Parahyba

João Pessoa,
Abril de 2020

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

P835e Porfirio, Beatriz Tavares.

Os espaços de culto dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo na cidade da Parahyba / Beatriz Tavares Porfirio. - João Pessoa, 2020.

72 f. : il.

Orientação: Ivan Cavalcanti Filho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CT.

1. Arquitetura religiosa. 2. Conventos. 3. Espaços de culto. I. Cavalcanti Filho, Ivan. II. Título.

UFPB/BC

Agradecimentos

O trabalho que aqui concluo é resultado de cinco anos de esforço, repletos de altos e baixos e sobretudo, de felicidade. Não poderia, no entanto, findar esta etapa sem reconhecer toda a ajuda que recebi daqueles ao meu redor. Mesmo correndo o risco de esquecer-me de alguns, seguem meus mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente à Deus, O qual é a fonte de toda minha força e que jamais me abandona, mesmo quando não me faço merecedora de Seu amor.

Aos meus pais, Leda e Ricardo, por todo o apoio incondicional que me dão, os amo de todo o meu coração.

À minha irmã Júlia, que me introduziu o mundo da arquitetura quando eu mesma não sabia o quanto iria gostar e tanto me auxiliou nesses cinco anos.

À Amora, por ser minha fiel companheira durante minhas horas de trabalho.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho, por toda ajuda que me prestou, durante todo o meu trajeto nesta instituição, transmitindo valiosos ensinamentos e me ajudando a concluir esse trabalho com êxito.

Aos meus amigos de curso, que desde o início me acompanham nessa jornada e que pretendo levar para toda vida: Francisco, Camila, Nelí, Ana Gabriela e Iury, obrigada pelos trabalhos em grupo, pelas conversas animadas e pelo apoio.

E por fim a todo corpo docente desta instituição, que até aqui me preparou para o mundo profissional.

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os cinco espaços de culto existentes nos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo, importantes monumentos religiosos do patrimônio histórico e artístico da cidade de João Pessoa. São eles: no convento franciscano, a igreja da Ordem Primeira, a capela da Ordem Terceira e sua Casa de Exercícios; e no cenóbio carmelita, a igreja conventual e a igreja de Santa Teresa de Jesus, da respectiva Ordem Terceira. Amparado numa cuidadosa revisão bibliográfica, em levantamento fotográfico e arquitetônico dos cinco espaços em questão, na identificação de seus elementos constituintes, e na sistematização e processamento adequado dos dados obtidos, o ensaio apresenta um quadro resumo onde todos os componentes de cada espaço são computados, dando as condições para a análise proposta, pautada na recorrência dos mesmos e sua relação com a logística da Igreja Católica tridentina. O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro trata da presença da Igreja no Brasil quinhentista, os pressupostos das ordens religiosas às quais se aplicam os espaços de culto objetos do presente estudo, e o estabelecimento das referidas ordens na antiga Filipeia; o segundo faz uma breve descrição da arquitetura religiosa católica, sua evolução e seus desdobramentos no Brasil colonial, com ênfase para a linguagem adotada na segunda metade do século XVIII; e o terceiro aborda os dois conventos e seus respectivos espaços de culto, onde os últimos são criteriosamente analisados, culminando com a identificação das principais recorrências de seus elementos formais e a relação que guardavam com o ideário católico da época.

Palavras-chave: arquitetura religiosa, conventos, espaços de culto.

Abstract

This Graduation Conclusion study aims to analyze five spaces of worship spaces existing in the convents of Santo Antônio and Nossa Senhora do Carmo, important religious monuments of the historical and artistic heritage from the city of João Pessoa. They are: in the Franciscan convent, the church of the First Order, the chapel of the Third Order and its House of Exercises; and in the Carmelite scene, the conventual church and the church of Santa Teresa de Jesus, from the respective Third Order. Supported by a careful bibliographic review, a photographic and architectural survey of the five spaces under study, in the identification of their constituent elements, and in the systematization and processing of these data, the essay presents a summary table where all the components of each space are computed, giving conditions for the analysis proposed, based on their recurrence and its relationship with the logistics of the Catholic Church Post-Trent. The work is structured in three chapters: the first deals with the presence of the Church in fifteenth-century Brazil, the assumptions of the religious orders to which the spaces of worship that are objects of the present study apply, and the establishment of the mentioned orders in old Filipeia; the second gives a brief description of Catholic religious architecture, its evolution and its turnouts in colonial Brazil, with emphasis on the language adopted in the second half of the 18th century; and the third addresses the two convents and their respective places of worship, where the latter are carefully analyzed, culminating in the identification of the main recurrences of their formal elements and the relationship they maintained with the Catholic ideals of the time.

Key-words: religious architecture, convents, spaces of worship.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Antecedentes Históricos	14
1.1. A Igreja na antiga Filipeia	15
1.2. Os pressupostos das Ordens de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo e sua arquitetura	17
1.3. O estabelecimento das duas Ordens na Parahyba	19
2. A linguagem formal da arquitetura religiosa no Brasil colonial	23
2.1. Considerações gerais sobre arquitetura religiosa católica	24
2.2. As fases da arquitetura religiosa na colônia e na Filipéia	27
3. Os espaços de culto dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo	32
3.1. Notas Preliminares	33
3.2. O Convento de Santo Antônio	36
3.3. O Convento de N ^a . Sra. do Carmo	48
3.4. As semelhanças e diferenças	59
Considerações finais	65
Referências	68

Lista de figuras

Figura 01: Mapa holandês da capitania da Parahyba (Frederika) em 1634, com indicação do convento franciscano (1) e do convento carmelita (2)	21
Figura 02: Colégio dos Jesuítas em São Paulo (século XVII)	26
Figura 03: Capela com pórtico, meados do século XVII, Frans Post	27
Figura 04: Frontispício da Igreja de Santo Antônio, Convento franciscano de João Pessoa	30
Figura 05: Frontispício do conjunto carmelita de João Pessoa: à frente a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e em posição recuada, a Igreja de Santa Teresa de Jesus	31
Figura 06: Bom Jesus de Matosinhos, São Miguel e Almas em Ouro Preto, MG - Espaço de culto com capela-mor	33
Figura 07: Capela da Ordem III de Recife, PE - Espaço sem capela-mor	34
Figura 08: Poligonais do Centro Histórico de João Pessoa propostas pelo IPHAN e pelo IPHAEP, com indicação do convento franciscano	36
Figura 09: Planta baixa pavimento térreo do convento de Santo Antônio, com destaque para os três espaços de culto	38
Figura 10: Convento de Santo Antônio - Igreja da Ordem Primeira	39
Figura 11: Capela da Ordem Terceira de São Francisco	39
Figura 12: Casa de Exercícios dos Terceiros	40
Figura 13: Planta baixa da igreja do convento de Santo Antônio	41
Figura 14: Coro do convento de Santo Antônio, com cadeiral em “U” e facistol ao centro	41
Figura 15: Guarda-corpo treliçado do coro alto do convento de Santo Antônio com retábulo ao centro, visto da capela-mor	41
Figura 16: Púlpito da igreja conventual de Santo Antônio	42
Figura 17: Púlpito da igreja conventual de Santo Antônio	42
Figura 18: Altares colaterais e capela-mor da igreja conventual de Santo Antônio	42
Figura 19: Vista geral da igreja conventual de Santo Antônio com destaque para altares colaterais, arco cruzeiro e capela-mor	42
Figura 20: Painel de forro da igreja conventual franciscana	43
Figura 21: Painel azulejar da igreja conventual franciscana	43
Figura 22: Forro da capela-mor da nave da igreja de Santo Antônio	44
Figura 23: Planta baixa da igreja conventual com as dez tribunas em destaque	44
Figura 24: Detalhe da planta da Capela da Ordem III, destacando o corredor externo.....	45

Figura 25: Arco monumental para acesso à capela dos Terceiros, aberto no lado do Evangelho da nave da igreja conventual de Santo Antônio	46
Figura 26: Altar-mor da capela dos Terceiros no convento de Santo Antônio	46
Figura 27: Painel de forro da Casa de Exercícios dos Terceiros	47
Figura 28: Altar-mor da Casa de Exercícios	48
Figura 29: Poligonais do Centro Histórico da cidade de João Pessoa com indicação do convento de Nª. Sra. do Carmo	49
Figura 30: Planta baixa pavimento térreo do convento de Nossa Senhora do Carmo, com destaque para os dois espaços de culto	50
Figura 31: Convento de Nª. Sra. do Carmo – Interior da igreja conventual	51
Figura 32: Convento Carmelita - Interior da Igreja de Santa Teresa de Jesus	51
Figura 33: Planta baixa da igreja do convento de Nª. Sra. do Carmo	52
Figura 34: Igreja do Carmo – Vista do coro alto com balaustrada em madeira	53
Figura 35: Púlpitos laterais da Igreja do Carmo	53
Figura 36: Igreja de Nª. Sra. do Carmo - altares colaterais em diagonal destacados	53
Figura 37: Um dos púlpitos do arco-cruzeiro da Igreja do Carmo	53
Figura 38: Painel de azulejos da igreja carmelita – S. Bertoldo /Santo Elias	54
Figura 39: Igreja do Carmo: capela-mor com cadeiral dos coristas	54
Figura 40: Igreja de Nª. Sra. do Carmo: aspecto do Altar-mor	55
Figura 41: Igreja de Nª. Sra. do Carmo: forro da capela-mor	55
Figura 42: Planta da Igreja do Carmo com as quatorze tribunas em destaque	56
Figura 43: Coro alto da Igreja de Santa Teresa de Jesus visto da capela-mor	57
Figura 44: Planta baixa da Igreja de Santa Teresa de Jesus	57
Figura 45: Forro da Igreja de Santa Teresa de Jesus	58
Figura 46: Altar-mor da Igreja de Santa Teresa de Jesus	58
Figura 47: Forro da capela-mor da Igreja de Santa Teresa de Jesus	59
Figura 48: Planta baixa da igreja principal (Ordem Primeira)	63
Figura 49: Planta baixa da capela da Ordem Terceira	63
Figura 50: Planta baixa da Casa de Exercícios da Ordem Terceira	63
Figura 51: Planta baixa da igreja principal (Ordem Primeira)	63
Figura 52: Planta baixa da igreja da Ordem Terceira	63

Introdução

Introdução

A imagem da Igreja Católica está presente em solo brasileiro desde o descobrimento, chegando à então colônia com a esquadra de Cabral em 1500, e tendo influenciado diretamente na conquista do novo território através das ações missionárias de catequese e pacificação dos nativos. Existia, na época das expansões ultramarinas, uma identificação entre colonização e evangelização, o que levou os monarcas portugueses a instaurarem no Brasil um Estado cristão, cujo objetivo principal era subjugar e incorporar os indígenas à cultura portuguesa e à prática eclesiástica católica. Dessa forma, em um contexto onde a religião atuava como um dos baluartes do processo de colonização, o estabelecimento das ordens religiosas católicas foi de fundamental importância.

Foram quatro as ordens católicas que se firmaram na colônia inicialmente: os Jesuítas (1549), os Beneditinos (1581), os Franciscanos (1584) e os Carmelitas (1584). Tais grupos atuavam não apenas como instrumento de propagação da fé, mas se manifestavam política e economicamente, se revelando como uma eficiente ferramenta de censura e repressão, que servia aos interesses da Coroa. A presença dos religiosos ainda auxiliava na defesa do território e funcionava como uma forma de promover confiança aos

desbravadores, e fazê-los sentir-se em casa, na medida em que eram trazidas práticas sociais e culturais da metrópole para a colônia.

Considerando que, para o pleno exercício de suas atividades missionárias, a provisão de edifícios destinados à moradia e à realização dos ofícios litúrgicos era fundamental para os citados grupos, a permanência dos mesmos no novo território demandava a construção de edifícios, que deveriam abrigar tanto espaços de culto quanto alojamentos, entre outros ambientes, que variavam conforme a necessidade de cada ordem religiosa.

Durante as primeiras décadas do descobrimento até a invasão holandesa em 1630, o clero regular, representado através das ditas ordens, teve grande importância na formação dos núcleos urbanos e na demarcação do traçado das novas vilas e cidades, que se organizavam em torno das edificações produzidas pela Igreja. Eram os membros desse clero que atuavam no processo de ensino da religião, na administração dos sacramentos e na pacificação dos nativos, assegurando assim a ocupação portuguesa da nova terra.

O clero secular também deu sua contribuição no aludido período e, no século XVIII, após consolidadas as edificações do clero regular, entrariam em cena irmandades seculares a ele vinculadas, as chamadas Ordens Terceiras, que viriam atuar principalmente como depositários de documentos – certidões de

nascimento e óbito, testamentos e registros oficiais – e em atividades assistenciais, auxiliando os pobres, doentes e marginalizados da sociedade. Embora comumente submetidas à uma ordem religiosa, que organizava sua fundação e suas atividades, as Ordens Terceiras no Brasil acolheram nomes de grande prestígio social, político e econômico da colônia, o que indiretamente contribuía para a qualidade da arquitetura por elas produzidas.

Na cidade da Parahyba, originalmente Filipeia de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1585, o processo de estabelecimento das ordens não diferiu do restante do Brasil, tendo essa capitania recebido ainda nas primeiras décadas de sua fundação representantes das quatro ordens acima mencionadas. Como em outros núcleos urbanos do Brasil colonial, esses religiosos tiveram de erigir suas casas para dar suporte às atividades de missão e administração dos sacramentos.

Considerando o exposto, o presente trabalho trata das instalações físicas de duas ordens estabelecidas na Capitania, os conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo, com ênfase para seus respectivos espaços de culto. O convento de Santo Antônio, iniciado em 1589 pelos frades franciscanos e finalizado em 1779, traduz com fidelidade a linguagem da arquitetura religiosa brasileira à época de sua conclusão, apresentando fachada avaliada

pelo estudioso Germain Bazin como a mais harmoniosa do Brasil. O complexo religioso compreende diversos ambientes destinados a diferentes funções, dentre os quais estão os três espaços de culto que constituem objetos dessa pesquisa: a igreja conventual de Santo Antônio, vinculada à Ordem Primeira; a capela a ela acoplada no lado do Evangelho; e a Casa de Exercícios, estes últimos pertencentes à Ordem Terceira.

O convento de Nossa Senhora do Carmo, por sua vez, não tem data certa para sua fundação; acredita-se que começou a ser construído no primeiro decênio do século XVII. Assim como o de Santo Antônio, o cenóbio é provido de vários compartimentos destinados a diferentes atividades, dentre os quais os dois espaços de culto objetos da presente pesquisa: a igreja conventual de Nossa Senhora do Carmo, pertencente à Ordem Primeira, e a igreja de Santa Teresa de Jesus, vizinha a ela, vinculada à Ordem Terceira.

É importante destacar que o modelo arquitetônico expresso nos dois complexos em pauta só tomou forma a partir do final do século XVII, após o período da ocupação holandesa (1630-1654), durante o qual ambos os conjuntos foram fisicamente atingidos – o franciscano, adaptado a um quartel batavo, e o carmelita ‘entregue à própria sorte’, por não ter ainda sua estrutura edificada concluída. Após a retirada dos holandeses da capitania, esses complexos foram

aos poucos sendo transformados em edificações monumentais, procurando acompanhar as mudanças por que passava a arquitetura religiosa no século XVIII, conforme atesta Moura Filha:

Sobre estas bases, constroem suas novas casas, com um sentido de “modernidade”, uma vez que assumem uma linguagem arquitetônica própria dos novos tempos e atendem a um ideário de “monumentalidade” que caracterizou os edifícios públicos e religiosos erigidos no Brasil do século XVIII.

(MOURA FILHA, 2004, p. 362)

Assim, considerando os pontos supracitados e a importância dos dois monumentos para a história da arquitetura religiosa da Paraíba, e do Brasil, o presente trabalho intenta analisar os cinco espaços de culto supracitados, situados respectivamente nos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo, sob uma perspectiva de forma e função. Para tanto, o trabalho pretende examinar a configuração espacial dos aludidos espaços; avaliar sua disposição no conjunto edificado buscando compreender sua composição a partir da função que deviam desempenhar no complexo conventual; e identificar as principais semelhanças e diferenças dos mesmos, à luz dos elementos constituintes e estruturas neles existentes tomados como parâmetros formais.

Considerando a trajetória histórica por que passaram os conventos em questão, o trabalho se justifica, primeiramente, pela originalidade da análise, levando em conta a carência de estudos que tratem o assunto sob a mesma perspectiva; pela contribuição teórica ao tema no âmbito da academia; pelo enfoque sobre as práticas arquitetônicas que teriam sido adotadas na espacialização dos ambientes analisados, e pela sugestão de novas conclusões sobre a arquitetura religiosa no Brasil colonial.

Para alcançar os objetivos acima listados, foram adotados quatro procedimentos metodológicos: a) a revisão bibliográfica, a fim de estabelecer uma base teórica para fundamentar a pesquisa; b) o levantamento arquitetônico e fotográfico dos monumentos e dos seus respectivos espaços de culto; c) o estudo das configurações espaciais adotadas nos cinco ambientes considerados; e d) a análise geral dos espaços em questão, destacando suas recorrências, semelhanças e diferenças.

O trabalho está organizado segundo três capítulos, dispostos em tópicos que abordam os pontos cruciais, imprescindíveis para uma boa análise dos ambientes a serem estudados. O primeiro capítulo trata dos antecedentes históricos que definiram o estabelecimento da Igreja Católica e das ordens franciscana e

carmelita na antiga Filipéia, assim como os respectivos ideários, os quais viriam a interferir na sua arquitetura.

O segundo capítulo aborda a linguagem arquitetônica adotada nas construções religiosas no Brasil colonial de acordo com a época e o contexto artístico vigente, a evolução por que passaram tais edifícios do final do século XVII para o XVIII, e o emprego dessa arquitetura nos modelos eclesiásticos paraibanos em tela.

O terceiro capítulo trata do estudo dos monumentos com destaque para seus espaços de culto, analisando a disposição geral dos mesmos nos cenóbios, suas peculiaridades formais, a hierarquia dos seus setores, seus principais elementos/estruturas constituintes, os acabamentos neles empregados, a relação das suas funções com o pensamento da Ordem a que pertenciam, bem como a articulação dos mesmos com o respectivo convento e a cidade.

O referido capítulo culmina com a apresentação de um quadro-resumo onde os elementos/ estruturas constituintes dos cinco espaços de culto em questão são elencados destacando as recorrências dos mesmos, e com a elaboração de uma prancha-síntese onde estão representadas lado a lado as plantas baixas desses espaços em mesma escala gráfica. No referido quadro, fica perceptível a adoção irrestrita dos elementos formais previstos para os espaços do gênero, estando os mesmos alinhados com as

recomendações tridentinas, sobretudo as igrejas, independentemente da ordem religiosa a que pertenciam – franciscana ou carmelita – ou do fato de estarem vinculadas aos frades da Ordem Primeira ou aos respectivos irmãos terceiros. Na prancha, por sua vez, ficam visíveis as dimensões e formatos adotados nos cinco espaços de culto, destacando-se, na recorrência de seus elementos/estruturas constituintes referenciados na legenda, a diversidade de seus respectivos desenhos.

1. Antecedentes Históricos

1.1. A Igreja na antiga Filipeia

A história da Parahyba em seus primórdios está profundamente ligada à ação religiosa. À época da conquista de novos territórios ultramarinos através de portentosas expedições, era de fundamental importância a instauração de práticas do cotidiano da metrópole em terras desconhecidas, de modo a promover a confiança dos colonizadores. Em sendo a religião o agente cultural mais importante da sociedade de então (CASIMIRO, 1996, p. 39), a presença das ordens religiosas nas novas cidades era essencial. Moura Filha se alinha com tal assertiva, quando assim se expressa:

Ficou patente que desde o século XVI, a presença dos jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, foi um dos esteios da formação da Filipeia, pois contribuíram enquanto meio de propagação da fé católica, mas também, com suas estruturas edificadas que tiveram uma forte presença na formação do arruamento e definição da organização espacial da cidade [...]

(MOURA FILHA, 2004, p. 358)

Nesse sentido, a Igreja funcionava não apenas como instrumento de propagação do Evangelho através da catequização dos indígenas, mas se manifestava política e economicamente, mostrando-se uma eficiente ferramenta de controle e de ordem,

sempre servindo aos interesses da Coroa, além de participar efetivamente como suporte na defesa do novo território.

No âmbito da arquitetura e do urbanismo, a presença do catolicismo era reafirmada com a construção dos templos, tanto do clero secular (grupo de sacerdotes independentes vinculados às paróquias), como das instalações físicas das ordens regulares (comunidades de religiosos que se organizavam em conventos e mosteiros), sendo as mesmas, construções imponentes que, em geral, dominavam a silhueta da cidade e determinavam como seriam os arruamentos e a organização espacial do núcleo urbano.

Nesse contexto, desde sua fundação em 1585, a cidade da Parahyba, originalmente Filipeia de Nossa Senhora das Neves, contou com a presença das ordens religiosas, que cumpriam com suas atividades missionárias, auxiliavam na conquista do território, e contribuíam para a disposição física da urbe. Foram quatro as ordens que se estabeleceram inicialmente na cidade: os Jesuítas (1585), os Franciscanos (1589), os Beneditinos (1595) e os Carmelitas (1591) (MOURA FILHA, 2004).

Os padres da Companhia de Jesus foram os primeiros a iniciar, de forma institucionalizada, a catequese dos nativos da Parahyba, chegando na capitania em 1585, e ali fundando a capela de São Gonçalo, único marco edificado desses padres na cidade

durante o século XVI, do qual hoje não resta nenhum registro físico, à exceção do sítio onde foi implantado. Na época, esses religiosos tinham intenção de se fixar na cidade e construir sua residência e colégio. No entanto, foram restritos apenas à capela, pois em 1589 chegaram à Filipéia os franciscanos, a quem foi dada a responsabilidade de ensino e catequese de todas as aldeias da Capitania, com exceção da missão de Piragibe, que já estava sob o comando dos padres da Companhia. Os religiosos de São Francisco foram contemplados com a doação de terras para a construção de seu convento, iniciado em 1589, e com esmolas concedidas pela Câmara e pelos moradores para seu pleno estabelecimento no local (MOURA FILHA, 2004, p. 164).

Já a ordem carmelita aportou na cidade provavelmente no ano de 1591, vindo, assim como os franciscanos, com a missão de evangelizar o gentio. Ainda nesse ano, fundaram uma pequena capela, que viria a se tornar a Igreja de Nossa Senhora da Guia, próxima a um aldeamento indígena que se encontrava sob sua responsabilidade em uma colina às margens da foz do Rio Paraíba (OLIVEIRA, 2003, p. 86). A construção de seu convento só teve início no século seguinte, provavelmente entre 1605 e 1609, não se tendo muitas informações concretas a respeito, pois, durante a ocupação holandesa, os Livros de Tombo da citada Ordem foram enterrados na tentativa de preservá-los, mas quando exumados após

a retirada dos batavos, estavam totalmente destruídos (OLIVEIRA, 2003, p. 86). Moura Filha se pronuncia sobre os antecedentes da Ordem do Carmo na Paraíba, se expressando como segue:

Os carmelitas, por sua vez, estavam encaminhando a construção do seu convento, o qual, segundo as Memórias Históricas do Frei Manuel de Sá, foi iniciado após o ano de 1600, embora estes padres já estivessem presentes na Paraíba, provavelmente desde 1591, dedicando-se à catequese dos índios.

(MOURA FILHA, 2004, p. 169)

Considerando as instalações físicas dos religiosos das duas ordens em pauta, que inicialmente deviam ser muito simplórias, é importante que se tenha conhecimento dos ideários dessas comunidades, refletidos nas respectivas Regras, as quais certamente exerçeriam impacto na produção dos conjuntos edificados.

1.2. Os pressupostos das Ordens de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo e sua arquitetura

Apesar do predomínio da função sobre a forma ser um conceito amplamente difundido no Movimento Moderno, essa premissa parece ter norteado a arquitetura desde os seus primórdios. As edificações religiosas construídas no Brasil no período colonial

sugerem ter seguido essa ideia, sobretudo quando se observa a organização espacial nelas adotada, que segue a logística das celebrações litúrgicas da Igreja. Nos espaços de culto, por exemplo, a capela-mor, que, via de regra, acolhia a imagem do(a) santo(a) padroeiro(a), constituía o ponto focal do recinto, para onde todas as atenções eram voltadas por parte dos fiéis durante as referidas celebrações. Ali também se concentravam os principais ornamentos e imagens, que, por decorrência, ficavam distantes da entrada do templo, limite físico entre o mundo profano e o espaço sagrado. A capela era, portanto, o lugar mais sagrado do templo, onde ficava o altar-mor, mesa simbólica do sacrifício de Cristo, a partir da qual o sacerdote comandava a cerimônia religiosa. Mas até que ponto a religião interferia na produção da arquitetura? Como as práticas da Igreja interferiam na composição das edificações sagradas?

Em se tratando da produção arquitetônica das ordens franciscana e carmelita, é importante conhecer seus antecedentes históricos e seus fundamentos, para, assim, ser possível entender os desdobramentos físicos que se efetivaram na arquitetura por elas produzida.

• A Ordem Franciscana

Fundada em 1209 por Francisco de Assis, a Ordem dos Frades Menores nasceu pautada no princípio de vida voltada totalmente à devoção, à prática do Evangelho e à caridade (GEMELLI, 1944, p. 59). Nesses termos, a Ordem se consolidou por seu caráter mendicante, perpetuando entre seus membros o voto da pobreza absoluta. Consoante seu fundador, aqueles que se filiavam à comunidade franciscana deveriam viver a ‘santa pobreza’, além de fazer os votos de castidade e de obediência aos desígnios da Igreja, se despojando dos privilégios e prazeres da vida secular. Humildade e simplicidade eram, pois, premissas básicas que norteavam a Ordem.

Por apelo daqueles que desejavam se filiar à Ordem sem se desvincular de seus direitos como leigos, entre eles o de manter seu matrimônio, surgiu em 1221 a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, instaurada pelo próprio patriarca franciscano, com aprovação do Papa Honório III (GARCEZ, 2007, p. 32). Essa confraternidade foi criada com o objetivo precípua de prestar assistência às pessoas mais pobres e marginalizadas da sociedade, traduzindo assim seu ideal de caridade. Por tal motivo, aqueles que desejavam se filiar à irmandade deveriam preencher alguns pré-requisitos, sobretudo aquele da comprovação de um nível

socioeconômico promissor, para poder arcar com o compromisso de assistência aos doentes, necessitados, oprimidos e encarcerados.

Apesar disso, a prática da pobreza continuou como principal pressuposto da Ordem, notadamente da família dos frades, que não podiam ter nenhum bem ou propriedade. Nesse sentido, no Brasil, a arquitetura por eles produzida na sua fase inicial expressara tal valor, através de construções sóbrias, destituídas de elementos supérfluos. No entanto, tal atributo de simplicidade foi, aos poucos, sendo relevado nas edificações da Ordem, notadamente a partir do final do século XVII, quando foi descoberto o ouro no sul da Bahia e na região das Minas Gerais. Nesse período, tendo acolhido pessoas da elite colonial brasileira nas cidades onde era estabelecida, a Ordem Terceira, assim como a Primeira, teve seus interiores decorados com a extravagância própria dos edifícios religiosos seculares construídos sob o signo do barroco, o estilo artístico em vigor na metrópole.

Os religiosos da Ordem Primeira – os frades – acolheram o fausto decorativo dos interiores, porém, a suntuosidade adotada nas construções desses religiosos no Brasil era exclusiva dos espaços de culto. As instalações adjacentes como os alojamentos dos frades, o refeitório, o claustro, as oficinas, dentre outros espaços, seguiam uma linha austera, despida de ornamentações, própria da regra de pobreza da Ordem (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 131).

• A Ordem Carmelita

Diferente da ordem franciscana, que possui sua origem bem conhecida, o surgimento da ordem carmelita é incerto. Sabe-se que Bertoldo, um ex-cruzado, teria resolvido em algum momento entregar sua vida à Cristo, fixando-se no Monte Carmelo, local onde o profeta Elias, considerado o primeiro carmelita (apesar da diferença temporal entre a sua vida e o surgimento da Ordem),¹ teria realizado um de seus milagres, erigindo lá um convento para ele e outros irmãos no século XII (OLIVEIRA, 2003, p. 85). Por ter pouco conhecimento sobre a vida monástica, essa congregação, a princípio, valeu-se do imaginário do lugar, abraçando o ideário de viver isoladamente, em busca da plenitude da vida cristã, imitando Jesus Cristo (MORIONES, 2007, p. 2). Assim, o primeiro “estilo” de vida da Ordem foi eremita, com seus membros vivendo em localidades desertas, alheios à convivência mundana, e baseando sua Regra na vida solitária que teria regido os primeiros irmãos no Monte Carmelo.

Ao chegarem na Europa, por volta de 1238, os frades prosseguiram sua busca por locais reservados para se estabelecerem. No entanto, dada a dificuldade de encontrarem lugares com tais

¹ Elias teria vivido por volta do século IX antes de Cristo, enquanto a Ordem teria surgido por volta do século XII, mais de dois mil anos mais tarde (HONOR, 2008, p. 02).

propriedades, passaram a receber residências também na cidade. Desta forma, em 1246, decidiram por bem atualizar a Regra da Ordem, buscando nesse momento viver o “ideal” do Carmelo em outras situações de moradia. A decisão de Inocêncio IV, papa regente na época, de abonar o pedido dos carmelitas (MORIONES, 2007, p. 2), veio com uma completa adaptação de vida desses irmãos, que se adequava ao novo contexto europeu, tornando-os eremitas e mendicantes.

Outro ponto que merece destaque na história da Ordem é a hagiologia feminina ali presente, a qual teria desdobramentos nos interiores de seus espaços de culto, tendo Maria como padroeira – conhecida como Nossa Senhora do Carmo – e Santa Teresa de Jesus, considerada um dos expoentes da família carmelitana. A segunda se destacou como religiosa carmelita face à sua atuação como reformadora da Ordem no século XVI, contribuindo sobremaneira para seu crescimento sob os moldes de rígida observância à Regra.

Considerando os pontos acima mencionados, a arquitetura dos carmelitas seguiria, entre outros princípios, aquele da austeridade, como realmente aconteceu até o século XVI. Aos frades, por exemplo, eram destinadas celas individuais nos conjuntos edificados, como medida para, numa atmosfera de isolamento e

introspecção, ser sentida a presença de Deus, o que convergia para o caráter eremita original da Ordem.

Analogamente aos franciscanos, os carmelitas, para acolher leigos dedicados à sua doutrina, criaram sua Ordem Terceira, que também priorizava pessoas bem situadas economicamente, para poder financiar suas atividades assistenciais. No Brasil, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo acolheu importantes nomes da sociedade colonial, que viriam a patrocinar as obras de construção e ornamentação dos respectivos espaços sagrados.

1.3. O estabelecimento das duas Ordens na Parahyba

Consolidada a conquista da Parahyba, estabelecida com o principal objetivo de expandir a cultura da cana-de-açúcar, base da economia da colônia à época, sua sede, localizada em um ponto estratégico de defesa, oferecia as condições ideais para o desenvolvimento do trabalho produtivo ligado ao cultivo da cana-de-açúcar, tão importante para a metrópole, que dependia do comércio açucareiro para manter sua posição de destaque no mercado europeu.

Como foi mencionado anteriormente, até 1589 os únicos missionários firmados na capitania eram os Jesuítas. Não obstante, alegando ainda a necessidade de combater a hostilidade do gentio (MOURA FILHA, 2004, p. 164), e por força dos apelos da Câmara e

do povo da capitania, em fins de 1588 ou início de 1589, o primeiro Custódio, superior do convento franciscano de Olinda, “Frei Melchior de Santa Catarina, fora pessoalmente à recém-fundada cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, a fim de estudar a viabilidade da fundação de um convento” (RODRIGUES, 1990, p. 82). Por motivos do interesse na catequese dos Potiguaras da Paraíba, o pedido realizado por Frutuoso Barbosa teve decisão favorável, sendo a Ordem Franciscana estabelecida nesta capitania em 1589, como já foi dito.

Através da doação de terras e esmolas concedidas pela Câmara e pela população, os frades menores – como também eram chamados os franciscanos – iniciaram a construção de seu convento no sobredito ano, tendo suas obras concluídas em 1608. Porém dessa edificação primitiva nada subsistiu, já que, em 1634, a cidade de Filipéia foi ocupada pelos holandeses, que expulsaram os franciscanos da capitania e transformaram seu convento num quartel.

Na segunda metade do século XVII, após a retirada dos holandeses, os religiosos retornaram à cidade para reaver seu convento, encontrando o mesmo em estado de ruína, conforme atesta Moura Filha:

Em seguida, vieram os franciscanos, sendo mandado o Frei Manuel dos Martírios, em 1656, a fim de restaurar o convento da Ordem na Paraíba, o qual fora ocupado pelos holandeses em 1636.

(MOURA FILHA, 2004, p. 359)

Da época em que fora recuperado até o início do século XVIII, as obras que se seguiram no convento foram destinadas à restauração das estruturas pré-existentes (MOURA FILHA, 2004, p. 359). Somente a partir do início da referida centúria, sob o comando de Frei Hilário da Visitação, iniciaram-se as obras mais marcantes do cenóbio, como a sua entrada, o frontispício, o cruzeiro, a torre sineira, a pintura do forro da nave da igreja, e o revestimento azulejar (RODRIGUES, 1990, p. 83).

Os carmelitas, como já foi dito no decurso deste ensaio, chegaram à Paraíba em 1591, quando se dedicaram ao trabalho missionário, fundando seu convento só no início do século XVII. Seguindo um caminho distinto daquele da ordem dos frades menores, os carmelitas se instalaram inicialmente na aldeia de Nossa Senhora da Guia, e só depois vieram a construir o seu convento na cidade (MOURA FILHA, 2004, p. 170).

As poucas referências sobre o estabelecimento da Ordem dos Carmelitas na Parahyba sugerem que a mesma deveria acompanhar Frutuoso Barbosa na viagem que se faria para edificar a cidade da Parahyba, por volta de 1580 (OLIVEIRA, 2003, p. 86). No entanto, a primeira viagem de Frutuoso à essa capitania foi interrompida por problemas na travessia do Oceano Atlântico. Sendo assim, os religiosos da Ordem aportaram em Pernambuco, onde fundaram seu cenóbio em Olinda, só chegando de fato à Filipéia em 1591.

Apesar de iniciarem a construção de sua casa no início do século XVII, próxima ao convento franciscano, até o período da invasão holandesa, a mesma não havia sido concluída, como informa Herckmans em sua descrição da cidade de Frederika (OLIVEIRA, 2003, p. 86).² A localização dos dois conventos na antiga Filipéia foi registrada em cartografia holandesa desenhada no período da ocupação, onde é perceptível a presença da cerca do convento de Santo Antônio, que aparece em tamanho mais expressivo, e o convento de N^ª Sra. do Carmo, ao leste, em escala bem menor, onde se presume, através do desenho, a situação inacabada do mesmo (Figura 01).

² *Frederikstadt* foi a denominação dada à antiga Filipéia durante a ocupação batava.

Figura 01: Mapa holandês da capitania da Parahyba (Frederika) em 1634, com indicação do convento franciscano (1) e do convento carmelita (2).



Fonte: Sudoestesp. Edição da autora. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-paraiba/680/>>.

Diferente do que ocorreu com os franciscanos, os carmelitas não deixaram a Paraíba durante a ocupação holandesa. No entanto, por motivo das constantes revoltas, ficaram impossibilitados de prosseguir com a construção de seu convento, que acabou em situação de ruína (assim como a casa dos frades menores), e com a interrupção de suas missões evangelizadoras. Assim, o convento da Ordem somente foi reconstruído no final do século XVII, quando um grupo de carmelitas reformados veio à capitania e assumiu a direção da comunidade. Em razão da pobreza que assolava a cidade, os religiosos eram sustentados nesse período pelas esmolas da

população, não havendo possibilidade de suprir o espaço sagrado com os utensílios necessários ao culto, como ornamentos novos para os altares e um órgão para o coro. Devido à situação em que se encontravam, recorreram ao Reino com pedido que foi aceito pelo capitão-mor. As informações a respeito dos empreendimentos dos carmelitas no tocante à construção de sua casa religiosa não são conhecidas, sabendo-se apenas que a igreja conventual foi concluída em 1778.

Fica, assim, registrada a presença da Igreja na antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves através das duas ordens religiosas em questão, bem como os respectivos pressupostos – de mendicância franciscana, e de prática eremita carmelita – que influenciariam na fábrica de suas respectivas casas religiosas, além das especificidades do estabelecimento de cada uma na Capitania.

Como o foco do presente trabalho são os espaços de culto contemplados nos conjuntos edificados das duas ordens na cidade da Parahyba, o próximo capítulo aborda aspectos gerais da História da Igreja e da linguagem formal que permeou os edifícios religiosos a partir do Renascimento, com destaque para a evolução da arquitetura eclesiástica e seus respectivos interiores no Brasil colonial, a fim de facilitar o entendimento sobre as características gerais e especificidades formais adotadas nos espaços a serem analisados.

2. A linguagem formal da arquitetura religiosa no Brasil colonial

2.1. Considerações gerais sobre a arquitetura religiosa católica

Consagrada como umas das mais importantes instituições do planeta, a Igreja Católica se estabeleceu como o canal de transmissão mais influente da cultura europeia na América Portuguesa, tendo diversos encargos sob sua incumbência, desde o ensino dos filhos dos colonos e a catequização dos indígenas, até a delimitação geográfica dos povoados e defesa da colônia, sempre servindo aos interesses da Coroa.

Apesar de seu surgimento remontar ao século IV d.C., a instituição só veio a atingir sua máxima autoridade durante a Idade Média, período em que se consolidou como uma das únicas organizações globalizadas de grande influência política e social (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2007, p. 151).

Não obstante, o fim da Idade Média trouxe consigo também o questionamento a respeito da primazia da Igreja Católica. Sob efeito das novas circunstâncias econômicas, como o fortalecimento da burguesia e o financiamento de artistas que recorreram aos estudos da geometria e matemática e reanimaram os ensinamentos gregos já esquecidos, trazendo a valorização do homem em detrimento do teocentrismo, a religião católica passou a enfrentar um período de grande turbulência e instabilidade.

Vários foram os fatores que concorreram para o agravamento da crise na Igreja, desde a eclosão do Renascimento – movimento inspirado nos valores da Antiguidade Clássica que obedecia aos princípios do racionalismo, individualismo e antropocentrismo – até o surgimento da Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero no século XVI. Segundo Dickens (1972, p. 31-47), o Protestantismo, encontrando situação propícia para sua expansão, dadas as novas formas de pensar que vinham surgindo na Europa e que valorizavam o papel do homem no Universo, obteve, em cerca de três décadas, grande crescimento, dividindo o território europeu entre católicos e protestantes.

Nesse sentido, era imprescindível uma resposta rápida da Igreja, que vinha sofrendo perdas tanto em seu prestígio político e social, como em quantidade de fiéis. Essa resposta se deu a partir de 1545, quando se iniciou o Concílio de Trento (1545-1563), que viria a se constituir o porta-voz dos ideais de um movimento contrário ao Protestantismo – a Contra-Reforma. Convocado pelo Papa Paulo III (DICKENS, 1972, p. 113-115), através de contínuas reuniões de um conselho composto com altos membros do clero, o Concílio buscava reafirmar os dogmas do Catolicismo e atrair de volta os fiéis perdidos. Para tanto, durante todo o período que se estenderam as reuniões, foram lançados diversos decretos disciplinares e diligências, dentre as quais estavam novos procedimentos litúrgicos

que demandavam novos edifícios e espaços reformados segundo um novo ideário.

Nesse contexto, eclodiria, no final do século XVI, um movimento artístico que viria ser a expressão, no âmbito da arte e da arquitetura, dos ideais da Contra-Reforma e da nova fase da Igreja Católica – o Barroco. O mesmo tinha como objetivo principal aquele de comover fiéis e resgatá-los através da arte e do apelo às emoções. Nascia, assim, uma nova linguagem arquitetônica, caracterizada pelo rebuscamento das formas e imbuída de um forte caráter religioso, conforme atesta Bury:

[...] os objetivos do barroco eram emocionais, e os resultados comoventes, turbulentos, hipnóticos, buscando atingir a ilusão do ilimitado. Até mesmo a integridade dos elementos mais importantes da composição podia ser relativizada, quando necessário, com vistas a produzir um único efeito dramático. [...] (BURY, 2006, p. 65)

Atendendo às recomendações de Trento, dentre as principais mudanças trazidas por essa nova linguagem estavam, ao nível dos interiores, o surgimento do púlpito, a adoção de elementos da cultura cristã local, a extravagância ornamental e o emprego da chamada

“arte total”, expressa na fusão da arquitetura, pintura e escultura, todas voltadas ao louvor e adoração dos símbolos religiosos (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2007, p. 151).

Em paralelo às transformações que a Igreja vinha passando, a coroa portuguesa expandia seus domínios e chegava ao Novo Mundo através de expedições, sempre providas de membros do clero com a missão de difundir a fé católica. No descobrimento do Brasil, a expedição de Cabral contava com oito frades franciscanos, que poucos dias depois de aportarem na baía de Porto Seguro, fincaram uma cruz e celebraram a Primeira Missa, valendo o apelido do novo território, de Terra de Santa Cruz (SALVADOR, 1982, p. 56-57). Segundo Willeke (1977, p. 20), os religiosos, no entanto, prosseguiram viagem com Cabral, não permanecendo no local.

Muito embora a presença religiosa tenha sido basilar no processo de colonização, nas quatro primeiras décadas pós-descobrimento, a colônia esteve praticamente abandonada, tendo apenas os religiosos franciscanos realizado um trabalho de evangelização esporádico e descontínuo (HOORNAERT, 1979, p. 211). O processo de catequese só teve início de fato em 1549, com a chegada do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, e do primeiro grupo de jesuítas – religiosos que apresentavam os requisitos adequados para desempenhar o papel desbravador e

aplicar as novas regras da fé católica no novo território (MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR, 2007, p. 153). Não obstante, eram muitos os entraves para a colonização: a vasta extensão territorial, os escassos recursos materiais e financeiros, o reduzido contingente humano disponível, e sobretudo, a necessidade de evangelização dos nativos. Afinal, sem pacificação, o projeto colonizador não teria solução de continuidade, pois os nativos eram naturalmente resistentes à ocupação lusitana (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 23).

Assim, considerando a precariedade das condições locais e o momento de transição por que passava a arquitetura na Europa – entre o Renascimento e o Maneirismo – a linguagem arquitetônica adotada na colônia nas primeiras décadas de seu descobrimento seguia um modelo uniforme de simplicidade construtiva, comumente chamado de jesuítico, conforme destaca Bury (1991, p. 218), em referência às construções da Companhia, que serviriam de inspiração para igrejas paroquiais e templos das demais ordens que se instalaram no Brasil à época (Figura 02).

Figura 02: Colégio do Jesuítas em São Paulo (século XVII).



Fonte: Acervo do Pateo do Collegio. Disponível em:
<<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/turismo/turismo-de-negocios/sao-paulo/pateo-do-collegio-preserva-historia-da-fundacao-de-sao-paulo,161c7392cd17c310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>.

Na capitania da Parahyba, as construções religiosas dessa primeira fase da colonização (do descobrimento à invasão batava) deveriam seguir essa mesma linguagem, conforme atesta pintura de Frans Post, pintor cuja incumbência por parte do então governo holandês foi registrar as vilas e cidades da colônia à época. As obras do artista batavo mostram claramente a tipologia de arquitetura religiosa produzida na colônia no século XVII (Figura 03).

Figura 03: Capela com pórtico, meados do século XVII, Frans Post.



Fonte: Enclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9982/frans-post>>.

Entretanto, essa arquitetura de linhas simples e austeras seria sucedida por outras tendências, que foram paulatinamente recheadas de adereços formais, até a completa exaustão ornamental própria da segunda metade do século XVIII, tanto ao nível da forma arquitetônica dos edifícios religiosos, como dos seus interiores, que se tornariam luxuosos e requintados, conforme será apresentado na seção que segue.

2.2. As fases da arquitetura religiosa na colônia e na Filipéia

Conforme destacam Mendes, Veríssimo e Bittar (2007), para efeito de estudo, a arquitetura religiosa no Brasil colonial é comumente dividida em três fases. A primeira, que se desenvolve do descobrimento até a invasão holandesa, foi marcada por uma arquitetura simples sob o ponto de vista formal, passando a se expandir no início do século XVII graças à prosperidade da cultura da cana-de-açúcar e ao cenário de tranquilidade que se apresentava na colônia, cenário esse interrompido por volta de 1630, devido à ocupação holandesa, que impossibilitou a Igreja, e as ordens de prosseguirem com sua expansão no contexto nordestino.

A segunda fase, que se desenvolve após a retirada dos holandeses até meados do século XVIII foi marcada, prioritariamente, pelo processo de reconstrução dos conventos e mosteiros, os quais encontravam-se em situação de ruína e abandono. Esse período, igualmente caracterizado por grandes obstáculos econômicos, tornando o processo de recuperação ainda mais laborioso, limitaria a arquitetura com soluções de fachada e de ornamentação simples e sóbrias, ainda como na primeira fase.

A terceira e última fase representa o período de maior pujança da colônia, com o início do ciclo do ouro e o consequente desenvolvimento urbano. Através do patrocínio da elite filiada às

ordens terceiras, que tinha acesso às benesses geradas pelo ouro, os templos erguidos nesse período, assim como os que já haviam sido construídos, passaram por um processo exaustivo de embelezamento e exagero decorativo. Nessa fase, é importante ressaltar que, apesar da introdução das novas formas de influência europeia – conhecidas como barrocas – a linguagem no Brasil também contraiu traços próprios, com expressivo repertório de elementos ornamentais. É nessa terceira fase que os dois monumentos estudados neste trabalho ganham os elementos formais que os identificam até hoje.

O processo de transição de estilos por que passou a colônia entre a segunda e terceira fase, transformando antigas construções de estilo chão, a versão portuguesa do Maneirismo, em obras formalmente rebuscadas, além dos motivos supracitados – a pujança econômica da colônia devida ao descobrimento do ouro e a adoção do estilo arquitetônico em vigor na Europa – também contou com a influência da nova geração de artistas e artífices locais, os quais, inspirados pelo sentimento de nacionalismo, buscaram dar uma nova expressão plástica às suas obras (BURY, 1991, p. 110).

É importante mencionar que essa linguagem rebuscada, empregada na colônia e adotada nas igrejas nordestinas, se apresenta quase que integralmente na ornamentação de seus interiores e nas respectivas fachadas, já que o partido projetual das igrejas aqui

produzidas mantinha o modelo conservador de plantas retangulares, motivado pelas limitações de recursos e de mão-de-obra locais.

Na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, o processo construtivo por que passaram os conventos das ordens religiosas obedeceu às três fases supracitadas. Num primeiro momento diferenciada dos outros aglomerados urbanos, por já ter nascido com o status de cidade – pela localização privilegiada de fácil defesa e com porto natural, além da disponibilidade de pedra e calcário nas proximidades – em pouco mais de cinquenta anos após sua fundação, o núcleo urbano já contava com seis templos religiosos (OLIVEIRA, 2003, p. 42), dentre os quais estavam as construções primitivas dos conventos franciscano e carmelita.³ Existem poucas referências a respeito da versão inicial desses edifícios; entretanto, sobre os mesmos, escreveu Elias Herckmans, governador da capitania durante a ocupação holandesa:

A cidade Frederica está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica defronte da Baía do Varadouro. Contam-se nela seis igrejas e conventos, que são os seguintes. O convento de S. Francisco é o maior e o mais belo: está cercado de um muro e por dentro foi construído mui regularmente. (...)

³ Ver cartografia holandesa do século XVII (Figura 01).

Segue-se o convento dos Carmelitas, cujos frades se têm conservado nele até o presente. O convento não está ainda de todo acabado, porque somente há poucos anos que este lugar é cidade, e em grande parte lhe faltaram os meios. [...]

(HERCKMANS apud OLIVEIRA, 2003, p. 42)

Impossibilitados de prosseguir com suas obras e de exercer suas funções missionárias durante o período batavo, os frades deixaram a capitania, só retornando após a retirada dos holandeses em 1654, quando recuperaram suas casas e se restabeleceram em suas funções, os franciscanos por volta de 1656 e os carmelitas por volta de 1692 (MOURA FILHA, 2004, p. 359).

O processo de reconstrução desses espaços seguiu o modelo de planta tradicional dos conventos da colônia, disposto segundo um claustro, lateralmente ao qual ficava uma igreja de nave única provida de capela-mor na sua cabeceira. Pela situação de precariedade e dificuldades financeiras por que a Parahyba passava após a restauração portuguesa, o processo de reconstrução desses conventos se deu de forma lenta, sobretudo o convento carmelita, sendo a arquitetura então adotada, presumivelmente, aquela recorrente na primeira fase, com linhas simples e sóbrias.

No caso do Convento de Santo Antônio, seu processo de embelezamento e esplendor artístico teve início por volta de 1702, quando a casa religiosa esteve sob o controle do guardião Frei Hilário da Visitação, tendo sua igreja conventual concluída em 1734 e seu frontispício em 1779, conforme inscrição na cantaria da sua fachada (BURITY, 1988, p. 78).

No caso do Convento de Nossa Senhora do Carmo, segundo Moura Filha (2004, p. 368), até 1733 residiam ali cerca de dezoito irmãos trabalhando nas missões religiosas, mas numa situação de extrema pobreza, sobrevivendo das esmolas doadas pela população. Desta forma, não havia capital para investimento nas obras da casa e para o suprimento de elementos necessários ao culto. Considerando o exposto, os carmelitas recorreram ao Reino por auxílio, o qual foi atendido. Não obstante, as referências a respeito das empreitadas de construção nesse convento são poucas, sabendo-se apenas que a nave da igreja conventual foi concluída em 1778.

As fachadas de ambos os conventos, muito embora apresentem certa unidade no tocante à linguagem arquitetônica adotada na segunda metade do século XVIII, expressam a prática recorrente nos conjuntos edificados das respectivas ordens à época. O frontispício de Santo Antônio, precedido por um grande adro antecedido por cruzeiro – elemento característico dos conventos da

ordem no Nordeste brasileiro – comprehende um triplo alçado: o inferior com cinco grande arcos romanos, a partir dos quais se acessa a igreja conventual, as instalações da Ordem Terceira e a quadra claustral; o intermediário com as três aberturas providas de balcões balaustrados em pedra correspondendo internamente ao coro alto; e o terceiro com o frontão recortado por curvas e contracurvas, arrematando toda a elaborada superfície (Figura 04). Acerca do arremate da frontaria, caracterizado por volutas, curvas, contracurvas e elegantes pináculos que emolduram sua porção central trabalhada na pedra calcária, escreveu Burity sobre o brasão da Ordem:

Ainda no frontão, observam-se dois braços, símbolos do franciscanismo, que se cruzam numa verdadeira prece de ação de graças.

(BURITY, 1988, p. 75)

Figura 04: Frontispício da Igreja de Santo Antônio, Convento franciscano de João Pessoa.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Já o frontispício do convento de Nossa Senhora do Carmo possui linhas que demonstram maior sobriedade, próprias das casas carmelitas. A dita frontaria está disposta segundo três porções: a inferior apresenta cinco arcos abatidos, dos quais só os três centrais conduzem para o interior da igreja conventual (os laterais são falsos, esculpidos em pedra, para efeito de composição de fachada); o segundo contempla quatro aberturas para o coro alto, dispostas duas a duas ladeando o óculo central, todas arrematadas por relevos esculpidos na cantaria; e o terceiro é guarnecido com o frontão

central emoldurado por volutas, e uma torre sineira à sua esquerda (Figura 05). Em destaque no dito frontão, encontra-se o brasão da Ordem carmelita coroado por cruz central flanqueada por pináculos.

Em posição recuada em relação à aludida frontaria, está a fachada da Igreja de Santa Teresa de Jesus, pertencente à Ordem Terceira do Carmo, que apresenta portada única encimada por aberturas do coro arrematadas por entablamento curvilíneo, sobre o qual repousa elegante frontão em cantaria provido de nicho central coroado por cornija curva com cruz central.

Figura 05: Frontispício do conjunto carmelita de João Pessoa - à frente a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e em posição recuada, a Igreja de Santa Teresa de Jesus.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Uma vez abordada a linguagem formal adotada na arquitetura religiosa católica, com ênfase para a evolução por que passou no contexto brasileiro, notadamente ao nível de suas fachadas, aqui ilustradas nos dois monumentos apresentados, o próximo capítulo trata dos objetos de estudo propriamente ditos – os espaços de culto dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo na antiga Parahyba, como era denominada a cidade à época da conclusão das aludidas frontarias.

3. Os espaços de culto dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo

3.1. Notas preliminares

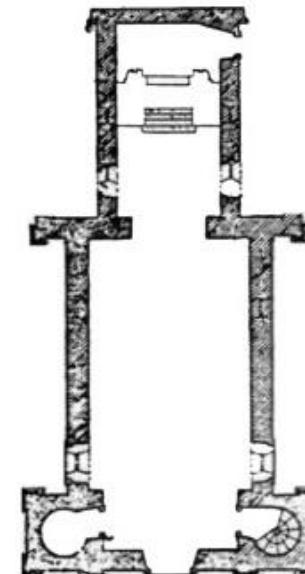
Na arquitetura eclesiástica católica, os espaços de culto são aqueles destinados ao louvor a Deus, onde o sacerdote preside as cerimônias religiosas regulares, a exemplo da missa e outras celebrações litúrgicas, como casamentos, batizados, confissões, etc. Tais espaços são fisicamente traduzidos por meio de igrejas e capelas que, conceitualmente falando, representam os ambientes mais relevantes da arquitetura religiosa, na medida em que neles, no evento de uma cerimônia oficial, como uma missa, por exemplo, o sacerdote se comunica com os fiéis através de orações, preces, do sermão após a leitura do Evangelho, e da Comunhão – a parte mais sagrada da cerimônia, por simbolizar a Última Ceia de Cristo com seus discípulos antes da Sua morte e ressurreição (CAVALCANTI FILHO, 2009).

Como desde a Igreja Cristã primitiva, esses ambientes já pressupunham a reunião de fieis em torno de um mesmo objetivo – do culto, da adoração – a forma retangular foi a mais recorrente por abrigar mais ouvintes direcionados para seu ponto focal – o altar – que simbolizava a mesa do sacrifício, onde o sangue do cordeiro era derramado para a purificação dos pecados da assembleia.

Apesar de ter assumido diferentes configurações físicas ao longo da história, a exemplo da cruz latina, da cruz grega, da forma circular, e das formas fluidas produzidas no Barroco italiano, a

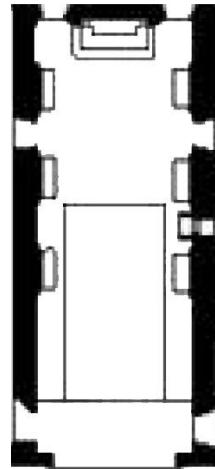
planta predominantemente retangular foi a mais recorrente, até por sua pureza formal e facilidade para construção (PASTRO, 2001, p. 84-111). Em todos os casos, no entanto, a planta sempre focava no seu local mais sagrado – o altar – que via de regra era localizado num ambiente menor, mais elevado, voltado para o Leste, na direção de Jerusalém – a capela-mor. Esse ambiente era ligado à nave por arco monumental – o arco cruzeiro (Figura 06). O espaço de culto, às vezes, não apresentava uma capela-mor enquanto ambiente separado, mas tinha um piso mais elevado onde o altar era colocado diante do retábulo principal do recinto (Figuras 07).

Figura 06: Bom Jesus de Matosinhos, São Miguel e Almas em Ouro Preto, MG - Espaço de culto com capela-mor.



Fonte: Bazin, 1983, p. 210.

Figura 07: Capela da Ordem III de Recife, PE - Espaço sem capela-mor.



Fonte: MOURA FILHA, CAVALCANTI FILHO, 2013.

Esse formato retangular de espaço de culto foi, a partir do século XVI, estimulado pela Igreja reformada, tornando-se uma espécie de recomendação tridentina. Afinal, a adoção da nave única era uma forma eficaz de concentrar os fiéis num só ambiente, focando sua atenção para a capela-mor e o púlpito, importantes estruturas que deviam garantir o êxito das celebrações litúrgicas Pós-Trento (BORROMEO, 1985, p. 15, p. 59).⁴ O primeiro, por ser o recinto mais sagrado do templo, onde, virtualmente, habitava o Senhor no Tabernáculo; o segundo, por ser o local onde o sacerdote pregava o Evangelho na língua natal dos fiéis, importante reforma

⁴ A tradução do Concílio de Trento para as construções eclesiásticas católicas está nas *Instructiones fabricae et supelectilis ecclesiasticae*, de Carlos Borromeo, 1577.

litúrgica implementada pós-Trento, já que antes a cerimônia era rezada totalmente em latim.

Considerando o exposto, cabe aqui elencar os principais elementos/estruturas constituintes desses espaços de culto de nave única, bens integrados que deviam compor sua espacialidade, garantindo tanto a propriedade das cerimônias litúrgicas, bem como o decoro com que deviam ser tratadas as artes ali empregadas (BLUNT, 2001, p. 156-157). Numa sequência de acesso ao ambiente figuravam:⁵

- a) a **nave única**, o grande salão destinado ao culto e às orações, onde as cerimônias ocorriam; as próprias igrejas ou capelas;
- b) o **coro alto**, espécie de mezanino adiante da entrada da igreja ou capela, de onde eram entoados os cânticos por parte de membros do clero ou de leigos qualificados para tal. Originalmente era localizado no pavimento da igreja, em local isolado da nave; (MENEZES, 2006, p. 106-107).
- c) os **altares laterais** da nave, que eram estruturas retabulares dispostas nas paredes do espaço de culto (quando havia);

⁵ Nota explicativa: Apesar desses elementos estarem presentes nos espaços de culto em estudo, o tempo verbal empregado nesta listagem é o passado imperfeito como forma de se fazer alusão à época quando foram produzidos.

d) o **púlpito**, estrutura elevada, engastada na parede lateral da nave, a partir da qual, o sacerdote fazia a homilia após a leitura do Evangelho;

e) o **presbitério**, ambiente com piso mais elevado, de onde o sacerdote dirigia a cerimônia, na borda do qual ficava a balaustrada de madeira que o separava do setor dos fiéis, que ali comungavam;

f) os **altares colaterais**, estruturas providas de retábulo que flanqueavam a grande abertura em arco para acesso à capela-mor;

g) o **arco cruzeiro**, arco monumental de volta perfeita que separava o presbitério da capela-mor;

h) o **forro** da nave, estrutura em madeira lisa, abobadada, ou disposta em caixotões, pintada com motivos sagrados, destinada à obstrução da estrutura de madeira da coberta;

i) as **paredes laterais**, superfícies parietais da nave, que podiam ser recobertas com azulejos e/ou outros trabalhos de arte;

j) a **capela-mor**, recinto menor que a nave, anexo a ela, onde ficava o altar-mor, a partir do qual o sacerdote dirigia a cerimônia;

k) o **altar-mor**, a estrutura mais sagrada do templo católico (igreja ou capela), guarnevida de mesa e retábulo, via de regra situados na extremidade oposta à entrada da casa de oração.⁶

l) o **forro** da capela-mor, estrutura abobadada em madeira recoberta com pintura(s) com motivos religiosos;

m) as **tribunas**, aberturas situadas na parte superior das paredes da nave ou da capela-mor, via de regra garnecidas de balcões, de onde membros do clero ou pessoas importantes, como benfeiteiros,⁷ assistiam as cerimônias religiosas.

De uma forma geral, todos os cinco espaços de culto estudados no presente trabalho são caracterizados por nave única de planta retangular, sendo três providos de capela-mor. Quanto aos demais componentes citados, aqueles existentes em cada espaço de culto são devidamente registrados a partir da seção seguinte, de modo a dar suporte à análise proposta no trabalho. Por estarem inseridos em conjuntos edificados de duas ordens religiosas, é importante que os respectivos complexos sejam descritos de forma geral, a fim de destacar a disposição geral dos ambientes, e a relação deles com os espaços de culto a serem estudados.

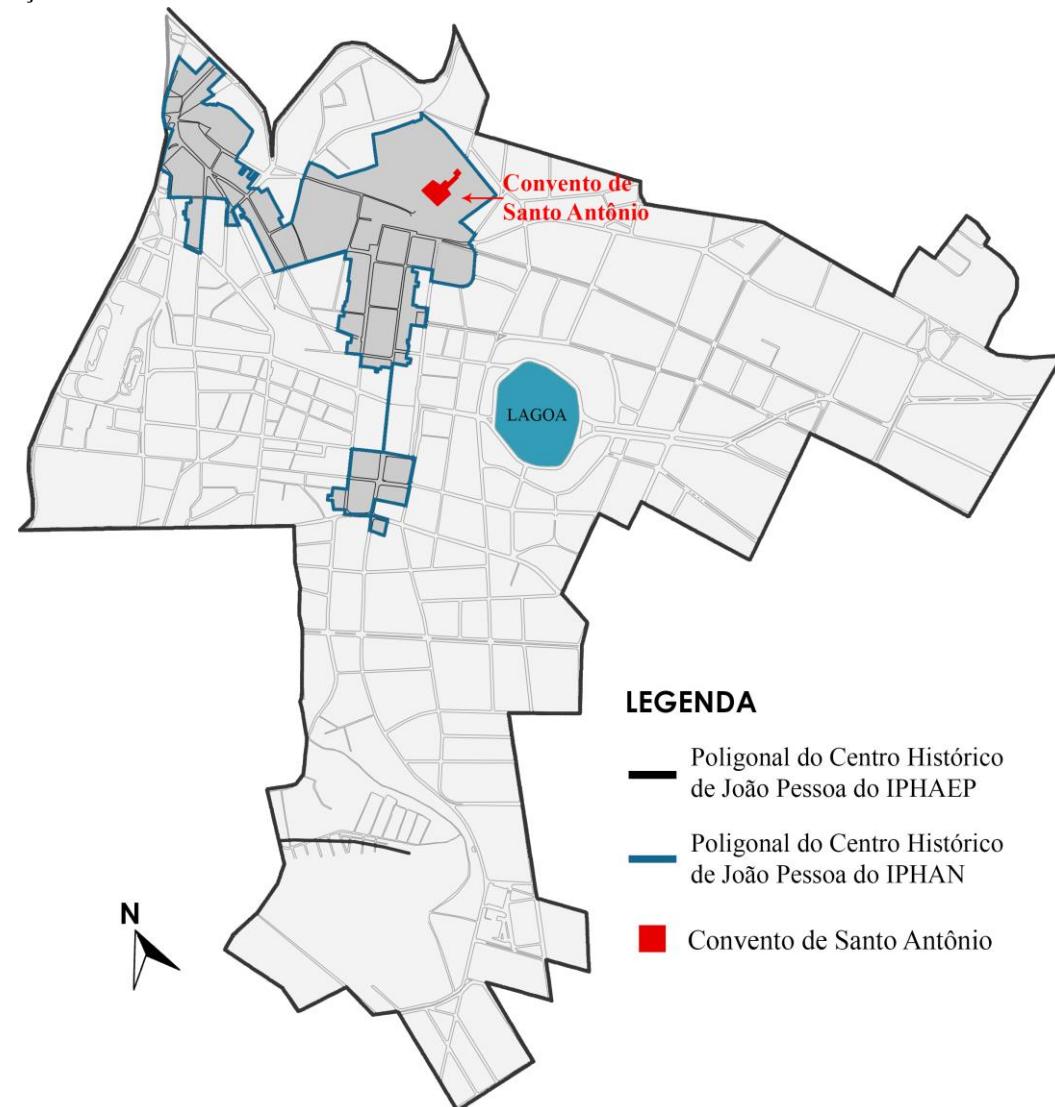
⁶ Tradicionalmente o altar era voltado para Leste, na direção de Jerusalém. Com o tempo, poderia estar voltado para outra direção, nesse caso configurando o Leste Litúrgico.

⁷ Benfeiteiros eram aquelas pessoas que normalmente contribuíam com a igreja ou com a ordem religiosa à qual pertencia, com significativas doações.

3.2. O Convento de Santo Antônio

Fundado em 1589 pelos frades menores, o convento de Santo Antônio, está localizado na cidade alta da capital do Estado da Paraíba. A inserção do mesmo nas duas poligonais de proteção do Centro Histórico de João Pessoa, definidas pelos órgãos de preservação competentes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2009, e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1982 – comprova a importância do monumento tombado pelo órgão federal de proteção em 1952 (Figura 08). Com seus 431 anos de fundação, o conjunto arquitetônico é testemunha dos principais episódios da história da cidade, tendo influenciado diretamente no traçado da urbe desde os seus primórdios, a exemplo do que ocorreu com outros núcleos urbanos brasileiros do período colonial.

Figura 08: Poligonais do Centro Histórico de João Pessoa propostas pelo IPHAN e pelo IPHAEP, com indicação do convento franciscano.



Fonte: Acervo digital IPHAN. Edição Beatriz Porfírio.

Apesar do foco do presente trabalho ser os três principais espaços de culto existentes no complexo, é importante que se leve em consideração a disposição geral dos ambientes nele contidos, que na verdade, resultaram de pressupostos da Ordem e de demandas da comunidade dos frades, as quais tinham relação com os serviços por eles prestados à sociedade local. A apresentação da disposição geral dos cômodos também contribui para o entendimento da hierarquia desses espaços, sua relação entre si, e com a própria cidade, tendo em vista os acessos externos que alguns deles possuem.

Disposto majoritariamente segundo uma quadra, o convento franciscano compreende dois pavimentos, sendo o térreo o piso onde se encontram os espaços de culto a serem aqui estudados: a igreja conventual (Ordem Primeira), a capela da Ordem Terceira, e sua Casa de Exercícios (Figuras 09, 10, 11, 12). Além dos citados ambientes, o pavimento térreo contempla o claustro, ao redor do qual se dispõe todo o complexo religioso: portaria, casa do capítulo, o antigo refeitório e cozinha, oficinas; além dos espaços diretamente vinculados à igreja, como a sacristia e vias sacras (corredores de ligação da sacristia com a capela-mor).

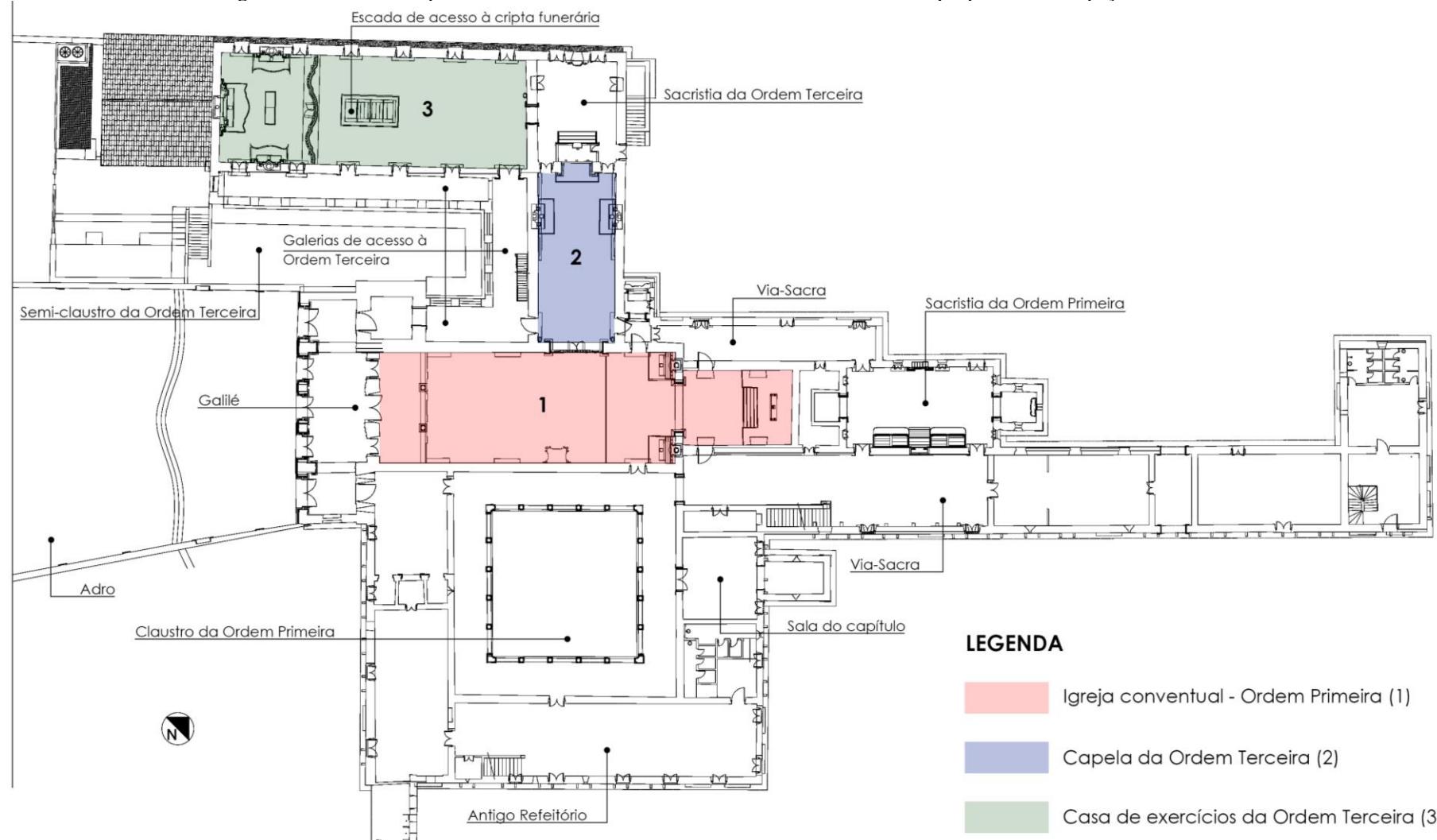
O pavimento superior comporta os espaços onde ficavam as antigas celas (aposentos individuais dos frades), o coro alto (que faz

parte da igreja, sendo acessado pelos corredores do piso superior), e outros cômodos onde funcionavam a biblioteca e as salas de estudo.

As instalações da Ordem Terceira ainda apresentam, sob a Casa de Exercícios, um pequeno subsolo (que funcionava como cripta funerária dos irmãos terceiros), uma sacristia, além das galerias para acesso exclusivo dos espaços da Ordem leiga, formando um semi-claustro (Figura 09).

Feita essa alusão geral aos recintos que compõem o conjunto franciscano, os três espaços de culto nele contidos são estudados nos três subtópicos a seguir, para, na seção seguinte, se adotar o mesmo procedimento com relação ao conjunto carmelita. Para facilitar o estudo, a análise é feita segundo a identificação dos componentes proposta na seção anterior.

Figura 09: Planta baixa pavimento térreo do convento de Santo Antônio, com destaque para os três espaços de culto.



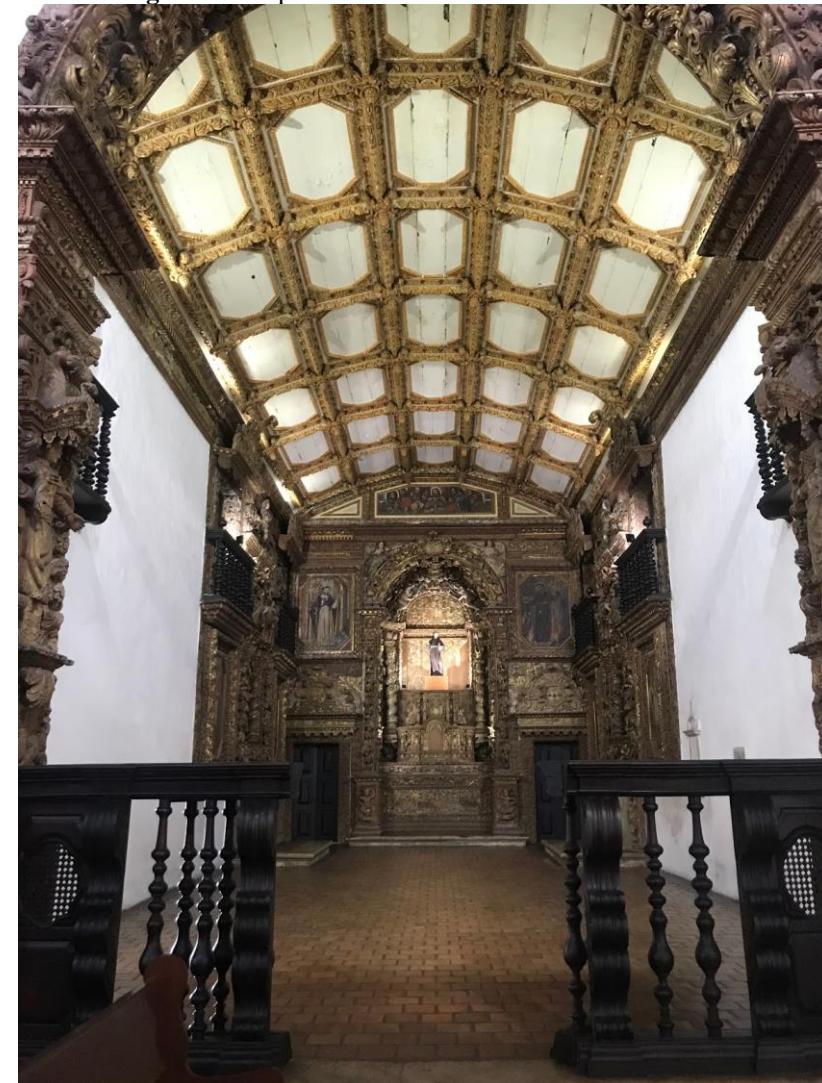
Fonte: Levantamento cadastral do IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

Figura 10: Convento de Santo Antônio - Igreja da Ordem Primeira.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 11: Capela da Ordem Terceira de São Francisco.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 12: Casa de Exercícios dos Terceiros.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

3.2.1. A igreja conventual dos franciscanos

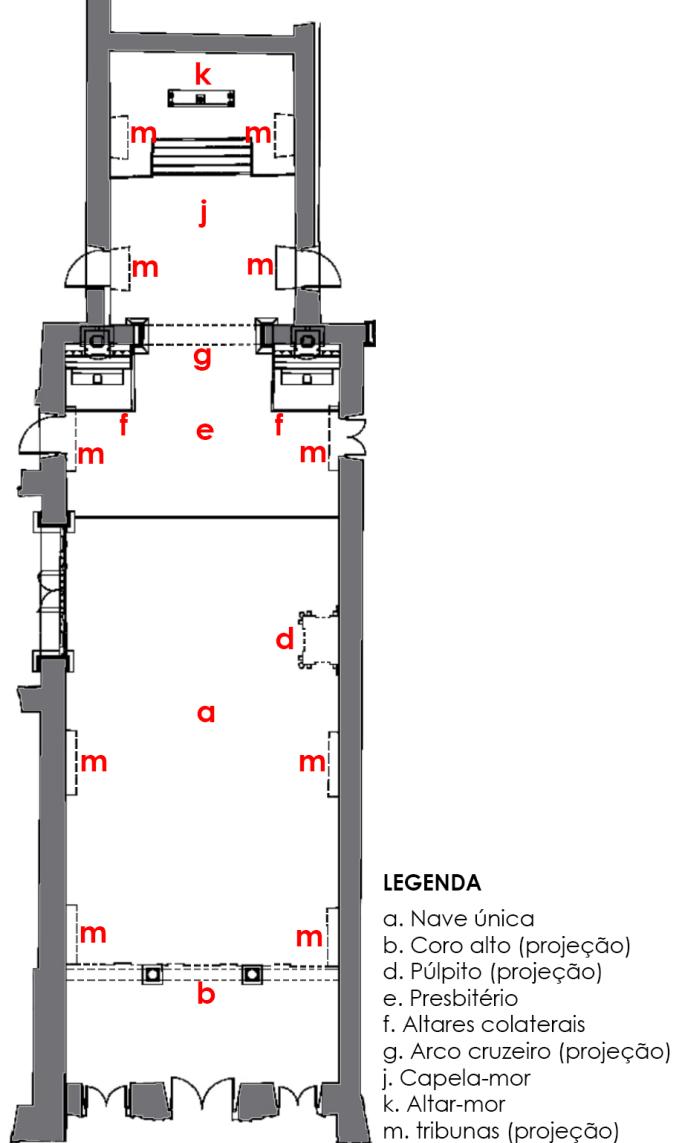
Como já foi dito anteriormente, a igreja conventual de Santo Antônio tem **nave única** (a), medindo, segundo Cavalcanti Filho (2009, p. 83), aproximadamente 10m x 26m (Figura 13). À entrada da igreja, logo após a três portas de acesso ao recinto a partir da galilé, estão as duas colunas que suportam o **coro alto** (b). O recinto é um dos mais elegantes exemplares do Nordeste, apresentando cadeiral em jacarandá com 38 assentos, além do facistol, e de monumental retábulo dedicado ao Crucificado na porção central do guarda-corpo treliçado que delimita o espaço (Figuras 14, 15). A nave não tem **altares laterais** (c), apresentando na parede do lado da Epístola⁸ monumental **púlpito** (d) provido pela talha dourada com motivos orientais (Figuras 16, 17).

O espaço é provido de **presbitério** (e), a área exclusiva para a movimentação do clero nas cerimônias, em cuja parede de frente estão localizados os **altares colaterais** (f) – o do lado do Evangelho dedicado à Imaculada Conceição,⁹ e o do lado da Epístola dedicado a São Francisco (Figura 18). Na porção central, entre os ditos altares se eleva o **arco cruzeiro** (g) em pedra, o qual era revestido, de acordo com Barbosa (1953, p. 66), por obra em talha dourada e policromada, antes de ser destruído no início do século passado por determinação do arcebispo D. Adauto de Miranda Henriques (Figura 19).

⁸ Lado da Epístola é aquele situado à direita de quem acessa o templo.

⁹ Lado do Evangelho é aquele situado à esquerda de quem entra no templo.

Figura 13: Planta baixa da igreja do convento de Santo Antônio.



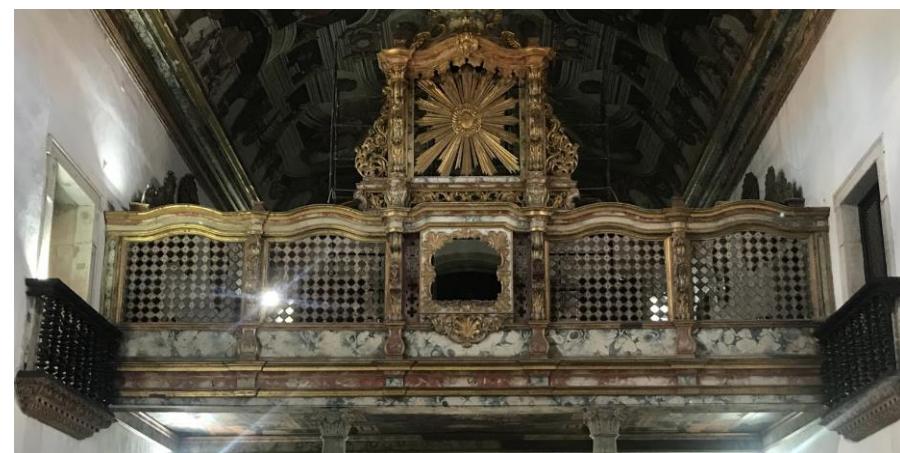
Fonte: Levantamento cadastral IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

Figura 14: Coro do convento de Santo Antônio, com cadeiral em “U” e facistol ao centro.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 15: Guarda-corpo treliçado do coro alto do convento de Santo Antônio com retábulo ao centro, visto da capela-mor.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figuras 16 e 17: Púlpito da igreja conventual de Santo Antônio.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 18: Altares colaterais, arco cruzeiro e capela-mor da igreja conventual.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 19: Vista geral da igreja conventual de Santo Antônio com destaque para altares colaterais, arco cruzeiro e capela-mor.



Fonte: BURITY, 1988, p. 135.

O **forro da nave** (h) é indubitavelmente uma das obras de arte mais extraordinárias da arquitetura eclesiástica brasileira. De autoria anônima, consiste numa xilopintura a óleo em perspectiva ilusionista que destaca dois importantes personagens da hagiologia franciscana – a Imaculada Conceição e São Francisco, a primeira dando autoridade ao patriarca da Ordem a irradiar o Evangelho para os quatro continentes; Europa, Ásia, África e América (Figura 20). Prosseguindo a análise da nave da igreja, suas **paredes laterais** (i)

são revestidas na parte inferior por dezoito painéis de azulejos que contam a história de José do Egito (NÓBREGA, 1974. p. 72). As peças, provavelmente de origem lusitana, devem datar da segunda metade do século XVIII, já que foi o período áureo de sua produção em Portugal (Figura 21).



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 21: Painel azulejar da igreja conventual franciscana.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

A **capela-mor** (j) medindo, de acordo com Cavalcanti Filho (2009, p. 83), 6,5m x 11, se destaca por sua forma retangular pouco profunda (BAZIN, 1983, p. 143), e pela exuberante talha que recobria seu **altar-mor** (k), desaparecido no primeiro decênio do século XX, O recinto original só pode ser contemplado através de iconografia já apresentada (Figura 19), a qual regista o esplendor artístico outrora ali existente. Seu **forro** (l) abobadado em réguas de

madeira apresenta vinte painéis alusivos à vida e os milagres do padroeiro da igreja – Santo Antônio (Figura 22).

Figura 22: Forro da capela-mor da nave da igreja de Santo Antônio.

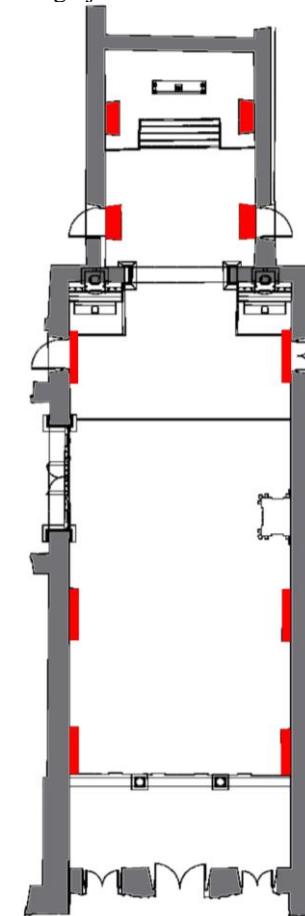


Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Quanto às **tribunas** (m), são seis aquelas que abrem para a nave da igreja, e quatro para a capela-mor, todas guarnecidas de

balcão em madeira trabalhada, acessíveis apenas por corredores do pavimento superior, o que atesta que deviam ser ocupadas, conforme defende Freire (2010, p. 625), quando se refere às tribunas, por autoridades eclesiásticas ou benfeiteiros da Ordem (Figura 23).

Figura 23: Planta baixa da igreja conventual com as dez tribunas em destaque.



Fonte: Levantamento cadastral IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

3.2.2. A Capela da Ordem Terceira de S Francisco da Penitência

A capela da Ordem Terceira de São Francisco era um espaço de culto exclusivo para os membros da Ordem Terceira, leigos que queriam viver a vida franciscana, porém sem fazer o voto da castidade. Incluída no complexo religioso franciscano, a dita capela está disposta perpendicularmente à nave da igreja conventual, sendo acessada através de espaçosa passagem em arco (Figura 09). Tal arranjo físico traduz a condição sob a qual a Ordem estava subordinada, já que os terceiros tinham o direito de ter espaços exclusivos no convento, porém só com a permissão dos frades.

Posteriormente os terceiros foram contemplados com uma entrada exclusiva para a capela, através de corredor justaposto à parede oeste da igreja conventual, porém o acesso era feito através da galilé do conjunto, não configurando independência de sua entrada (Figura 24).

Considerando as propriedades do recinto sagrado, o mesmo é antecedido de arco monumental que o separa da nave da igreja por meio de balaustrada baixa em jacarandá (Figura 25). O recinto apresenta **nave única** (a) medindo, segundo Cavalcanti Filho (2009, p. 86), 7m x 15.5m, não é provido de **coro alto** (b), nem tampouco de **púlpito** (d), mas possui **dois altares laterais** (c) no **presbitério** (e) fragmentado, um em cada parede lateral. Como o ambiente não tem **capela-mor** (j), por decorrência não há **altares colaterais** (f),

nem tampouco **arco cruzeiro** (g). O **forro** do recinto (h) é de abóbada rasa recoberta por caixotões sem pinturas, e suas **paredes laterais** (i) recobertas com trabalhos em madeira entalhada, somente nas porções onde estão os altares laterais, sugerindo que o revestimento das superfícies próximas à entrada não foi concluído (Figura 25). O **altar-mor** (k), representado através de grande nicho em arco romano é um dos pontos altos da capela, sendo arrematado e flanqueado por superfícies integralmente recobertas com esculturas na talha dourada, xilopinturas, e outros adereços decorativos (Figura 26). O ambiente é dotado de seis **tribunas** (m), dispostas três a três nas paredes laterais.

Figura 24: Detalhe da planta da Capela da Ordem III, destacando o corredor ext.

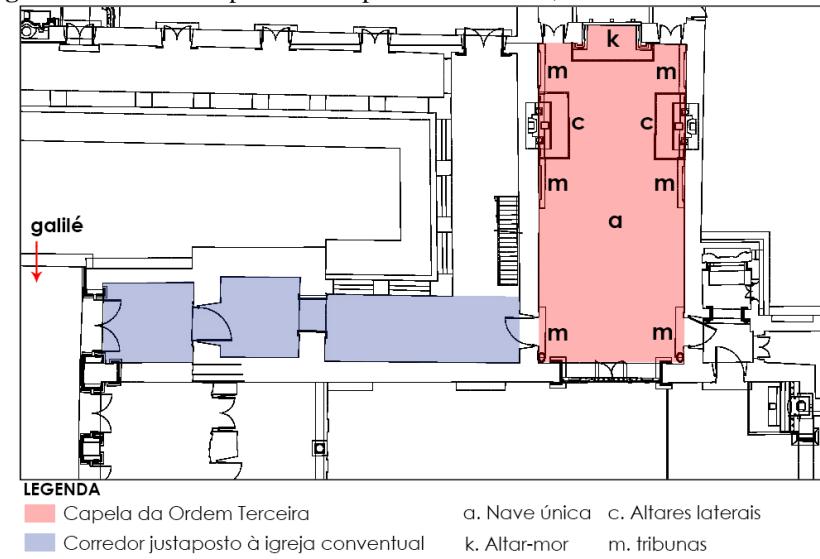


Figura 25: Arco monumental para acesso à capela dos Terceiros, aberto no lado do Evangelho da nave da igreja conventual de Santo Antônio.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 26: Altar-mor da capela dos Terceiros no convento de Santo Antônio.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

3.2.3. A Casa dos Exercícios dos Terceiros

Analogamente à Capela dos Terceiros, sua casa de exercícios era um espaço de culto da Ordem, destinado principalmente às orações itinerantes, e ao treinamento de noviços – pessoas que tencionavam ingressar na confraternidade secular. A preparação do

noviciado era feita por um frade menor da comunidade à qual a irmandade estava subordinada. O acesso ao aludido espaço de culto era feito através de galeria justaposta à parede sul da capela da irmandade, que, acoplada ao corredor supracitado e àquele vizinho ao recinto, formava o ‘semi-claustro’ dos Terceiros (Figura 09).

Como a capela abordada no subtópico anterior, o recinto apresenta **nave única** (a) sem capela-mor, porém suas dimensões, de acordo com Cavalcanti Filho (2009, p. 86) praticamente dobram em relação àquelas da capela – 10m x 27m (Figura 09). Possui dois **altares laterais** (c) com retábulos no **presbitério** (e), um no lado do Evangelho, outro no lado da Epístola, em área separada do restante da nave por balaustrada em madeira (Figura 12). O espaço não é provido de **coro alto** (b), nem de **púlpito** (d), nem de **altares colaterais** (f) face à inexistência de **capela-mor** (j) e **arco cruzeiro** (g). As **paredes laterais** (i) não possuem revestimento, e o **forro** (h) apresenta xilopintura alusiva ao profeta Elias arrebatado num carro de fogo como personagem central (Figura 27). O **altar-mor** (k) apresenta elegante retábulo flanqueado por colunas salomônicas, já com tratamento em talha dourada típico do final do século XVIII (Figura 28).

Figura 27: Painel de forro da Casa de Exercícios dos Terceiros.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 28: Altar-mor da Casa de Exercícios.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

3.3. O Convento de Nossa Senhora do Carmo

Fundado no alvorecer do século XVII, entre 1605 e 1609, como já foi dito anteriormente, o convento de Nossa Senhora do Carmo, localizado a aproximadamente 300m do conjunto franciscano, também está inserido nas poligonais de proteção do Centro Histórico de João Pessoa definidas pelo IPHAN e pelo IPHAEP (Figura 29). Tendo um de seus espaços – a Igreja de Santa Teresa de Jesus, tombada como monumento nacional um ano após a criação do IPHAN em 1937 – e ficando o restante do conjunto edificado em situação de registro (sob guarda do citado órgão), o convento se equipara ao cenóbio franciscano sob o ponto de vista arquitetônico e histórico, tendo testemunhado importantes episódios da Filipéia, bem como contribuído para o processo de organização espacial da cidade.

Apesar do foco deste trabalho serem os espaços de culto existentes no antigo convento, e a disposição dos mesmos dentro do conjunto edificado, os demais ambientes que o compõem são aqui mencionados, sobretudo devido à relação que guardam entre si, e a conexão que têm com a própria urbe, considerando sua função, os pressupostos da Ordem, e as demanda da comunidade religiosa que ali vivia e servia à sociedade local.

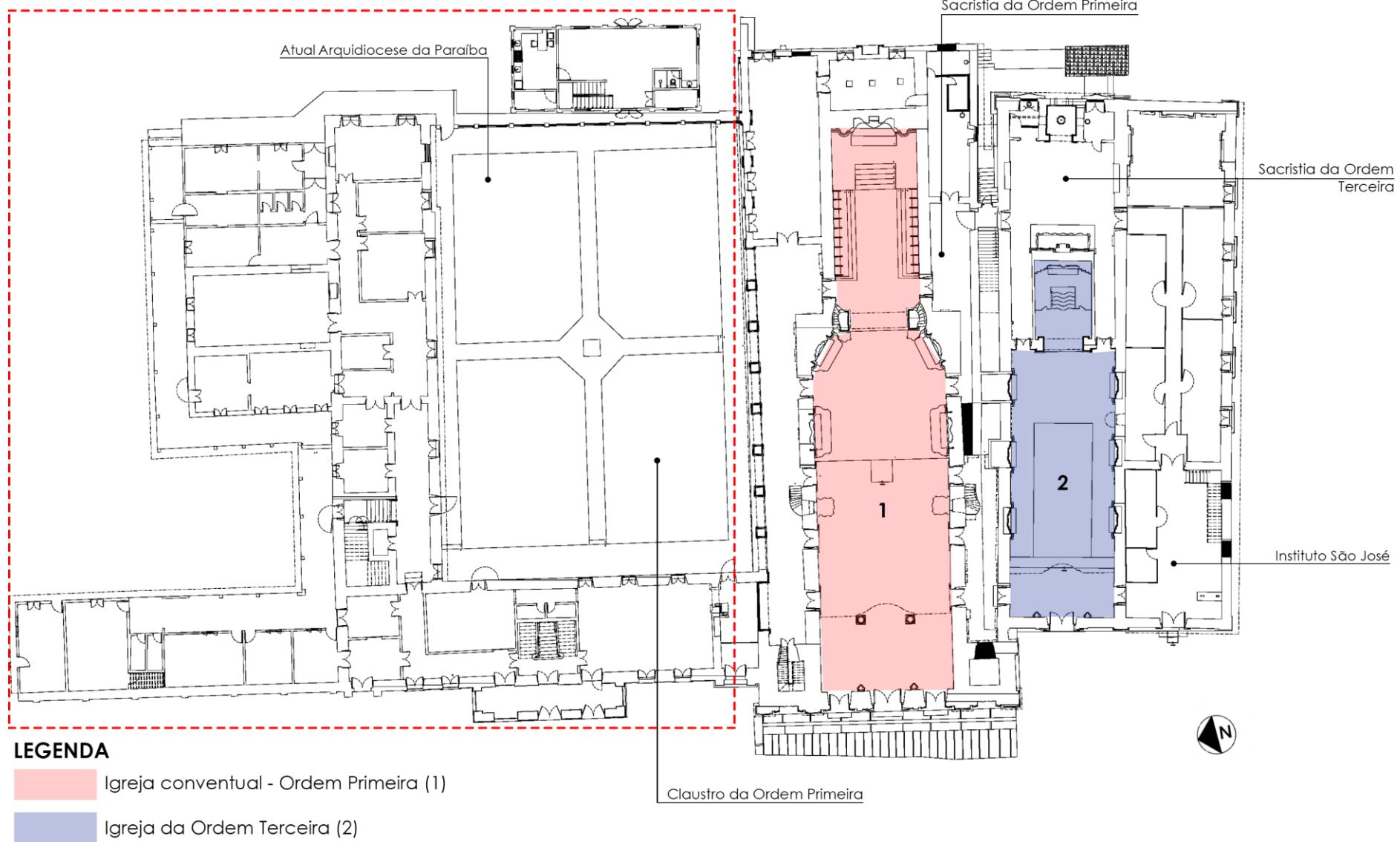
Organizado segundo um conjunto de ambientes dos quais os espaços de culto a serem aqui analisados – a igreja conventual dedicada a N^a. Sra. do Carmo (Ordem Primeira) e a Igreja de Santa Teresa de Jesus (Ordem Terceira) – são os mais importantes, mormente devido à sua escala arquitetônica, o convento apresenta claros indícios de nunca ter sido concluído, haja vista a disposição de três alas ortogonais, carecendo da quarta ala que fecharia o claustro (Figuras 30, 31, 32). No pavimento térreo, no bloco das igrejas, estão localizadas as sacristias das Ordens Primeira e Terceira, as atuais instalações do Instituto São José ao Sul, e a sede da Arquidiocese da Paraíba nas alas anexas ao Norte da igreja conventual. Os pisos superiores são representados principalmente através dos coros altos das duas igrejas, conforme abordagem no capítulo anterior, quando as respectivas fachadas foram descritas.

Figura 29: Poligonais do Centro Histórico da cidade de João Pessoa com indicação do convento de N^a. Sra. do Carmo.



Fonte: Acervo digital IPHAN. Edição Beatriz Porfírio.

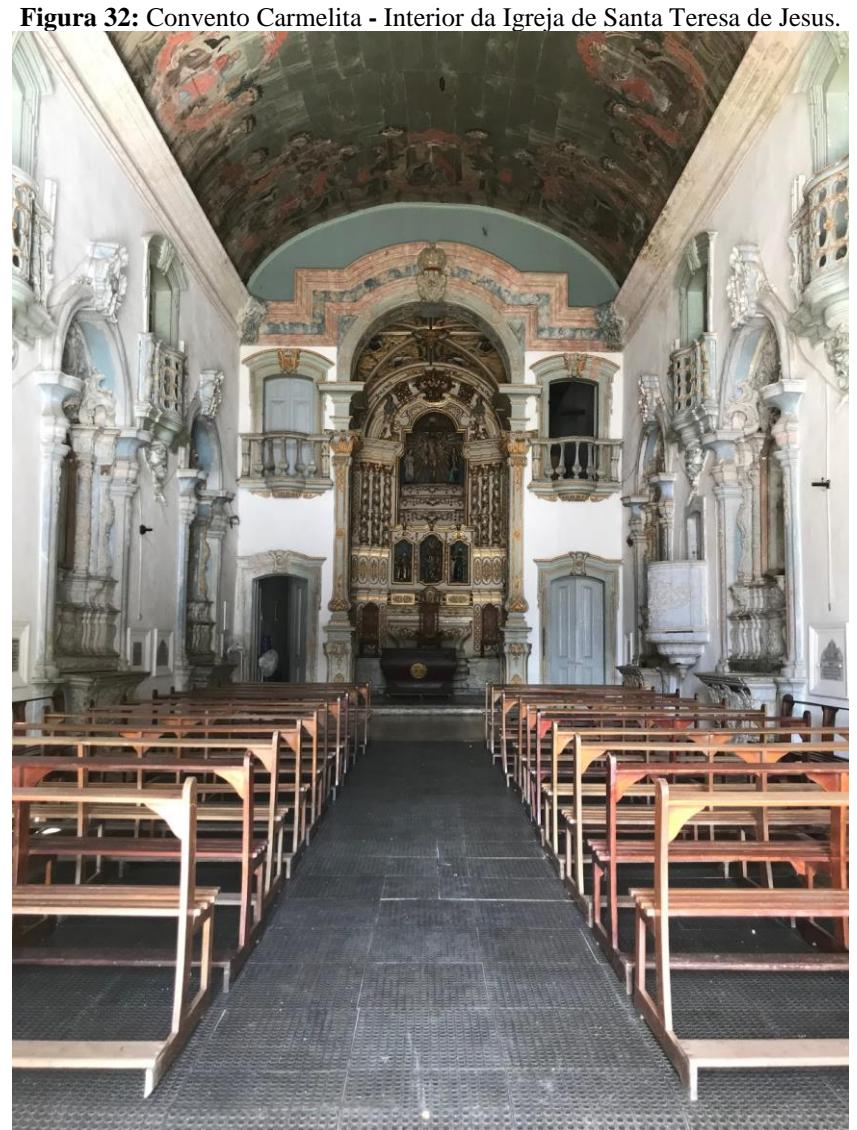
Figura 30: Planta baixa pavimento térreo do convento de Nossa Senhora do Carmo, com destaque para os dois espaços de culto.



Fonte: Levantamento cadastral do IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

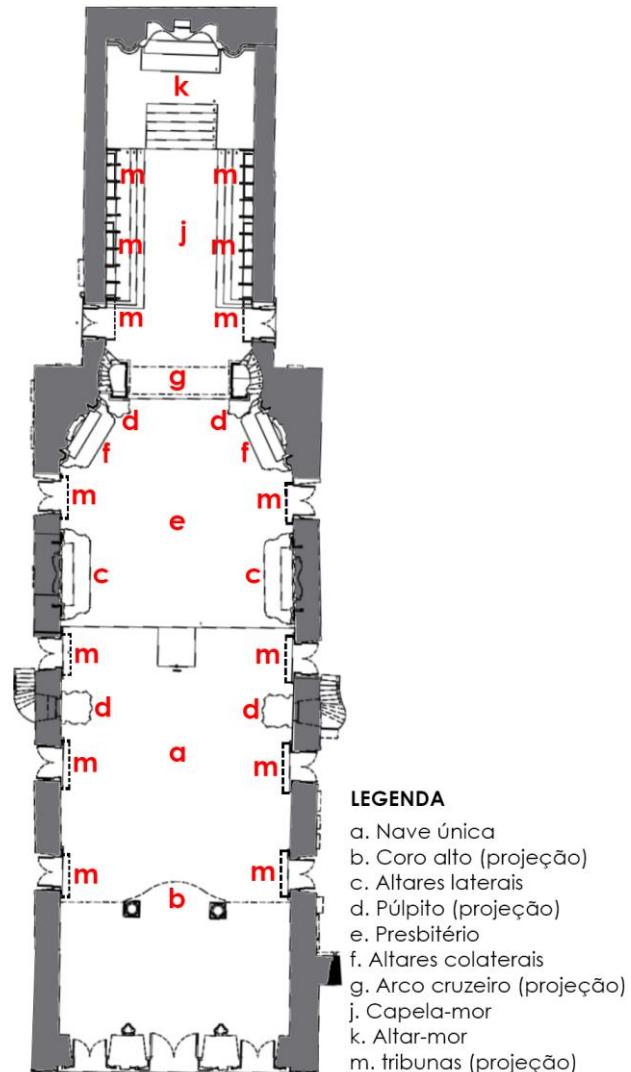
3.3.1. A igreja conventual dos carmelitas

Acompanhando o repertório de elementos/estruturas elencados na Seção 3.1 para fins de padronização da presente análise, a igreja de Nossa Senhora do Carmo é provida de **nave única** (a) medindo aproximadamente 10m x 27m (Figura 33). Analogamente ao exemplar franciscano do tipo, logo após suas três portas de entrada se situam duas colunas de seção circular que apoiam o **coro alto** (b) cujo lado voltado para a capela-mor é guarnecido de balaustrada de madeira (Figura 34). O templo apresenta dois **altares laterais** (c): um do lado do Evangelho, dedicado à Sagrada Família, e outro do lado da Epístola, dedicado ao Senhor dos Passos; além de dois **púlpitos** (d), também localizados nas citadas superfícies parietais (Figura 35).

O **presbitério** (e) da igreja é sucedido por dois **altares colaterais** (f) dispostos diagonalmente em relação ao **arco cruzeiro** (g) em pedra rosada, num claro apelo à direção das atenções para a capela-mor, recinto mais sagrado do templo (Figura 36). Existem mais dois **púlpitos** nas paredes diagonais, vizinhos aos aludidos altares colaterais, evidência que ratifica a ênfase à pregação evocada nas instruções tridentinas (Figura 37). O **forro** (h) da nave da igreja foi retirado pelo IPHAN para restauração, ficando aparente a estrutura da coberta e sua cornija, que acompanha todo o perímetro da nave, delineando o teto original em abóbada rasa (Figura 31). As **paredes laterais** (i) têm sua porção inferior revestida com dez painéis de azulejos historiados representando cenários da hagiologia carmelita, onde aparecem Nª. Sra. do Carmo, Santa Teresa de Jesus, Santo Elias, Santa Madalena de Pazzi, Santo Ângelo da Sicília, São Simão Stock, entre outros santos da Ordem (Figura 38).¹⁰

¹⁰ Para saber mais sobre os dez painéis do Carmo, ver HONOR (2015).

Figura 33: Planta baixa da igreja do convento de Nª. Sra. do Carmo.



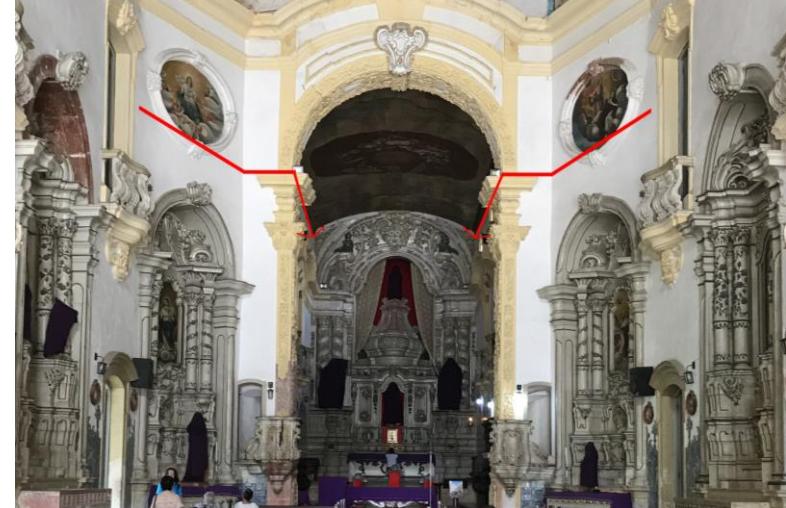
Fonte: Levantamento cadastral IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

Figura 34: Igreja do Carmo – Vista do coro alto com balaustrada em madeira.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 36: Igreja de N^a. S. do Carmo - altares colaterais em diagonal destacados.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020. Edição da autora.

Figura 35: Púlpitos laterais da Igreja do Carmo.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 37: Um dos púlpitos do arco-cruzeiro da Igreja do Carmo.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 38: Painel de azulejos da igreja carmelita – S. Bertoldo /Santo Elias.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

A **capela-mor** (j) mede 6,4mx14m. O recinto possui um cadeiral de dezoito assentos distribuídos segundo nove unidades em cada parede lateral (Figura 39). Seu **altar-mor** (k) é caracterizado por grande nicho flanqueado por colunas salomônicas dentro do qual está a imagem de N^a. Sra. do Carmo, com o brasão da Ordem no fecho do arco acima (Figura 40). O **forro** (l), estruturado em

abóbada rasa, apresenta pintura ilusionista e uma coroa em sua parte central com as iniciais “MR”, que significa, consoante Albuquerque (2012, p. 59), “Maria, Rainha do céu e dos carmelitas” (Figura 41). Seis **tribunas** (m) coroam as paredes laterais, todas providas de balcões balaustrados ondulados, mesmo tratamento dado às oito unidades da nave da igreja (Figura 42). Como no caso franciscano, a provisão dessas estruturas confirma a presença de benfeiteiros que deviam dar suporte financeiro aos serviços de manutenção e embelezamento da igreja.

Figura 39: Igreja do Carmo: capela-mor com cadeiral dos coristas.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 40: Igreja de N^a. Sra. do Carmo: aspecto do Altar-mor.



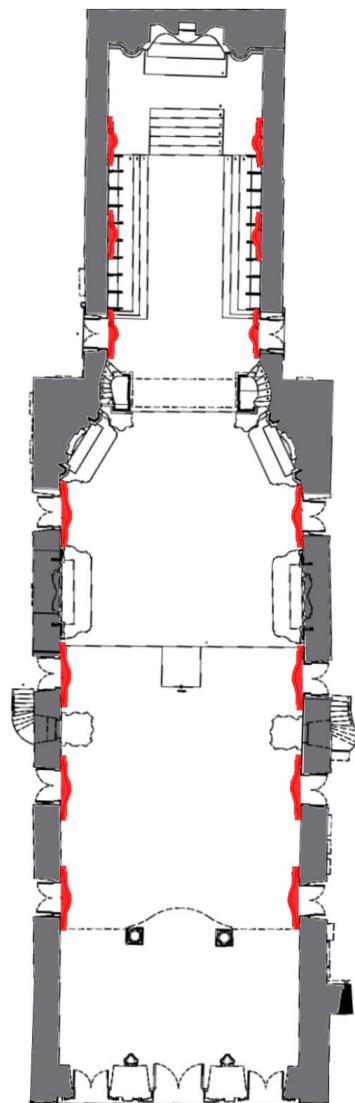
Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 41: Igreja de N^a. Sra. do Carmo: forro da capela-mor.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 42: Planta da Igreja do Carmo com tribunas em destaque.



Fonte: Levantamento cadastral IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

3.3.2. Igreja de Santa Teresa de Jesus (Ordem Terceira)

O espaço de culto da Ordem Terceira do Carmo difere bastante daquele da ordem congênere franciscana. Tal diferença é visível tanto na disposição física do recinto no conjunto carmelita – disposta paralelamente à igreja da Ordem Primeira, inclusive com entrada própria, voltada para o adro – como na sua configuração espacial – com *layout* próprio de igrejas do gênero, guarnecido de coro alto e capela-mor (Figura 30). O espaço de culto dos terceiros ainda tem a peculiaridade de apresentar frontispício exclusivo, o que sinaliza para seu grau de independência com relação à Ordem à qual estava subordinada.

Considerando sua espacialidade, a Igreja dedicada a Santa Teresa de Jesus tem **nave única** (a) medindo aproximadamente 7,8m x 20m (Figura 32). À entrada, o espaço tem a projeção do **coro alto** (b), semelhante àquele da Ordem Primeira, porém sem colunas de sustentação (Figura 43). Suas paredes são providas de seis **altares laterais** (c), com retábulos inscritos em nichos, e oito **tribunas** (m). Os altares do lado da Epístola são entremeados por **púlpito raso** (d). O *layout* original da igreja apresenta espécie de **presbitério** (e), cujo desnível é estendido para os lados incluindo os seis altares laterais, caracterizando assim o desenho próprio das plantas de igrejas e capelas de Ordens Terceiras. A igreja era, portanto, disposta segundo

três recintos demarcados pelos níveis do piso: dois recintos laterais interligados (presbitério), o central e o clerical ao fundo (Figura 44).

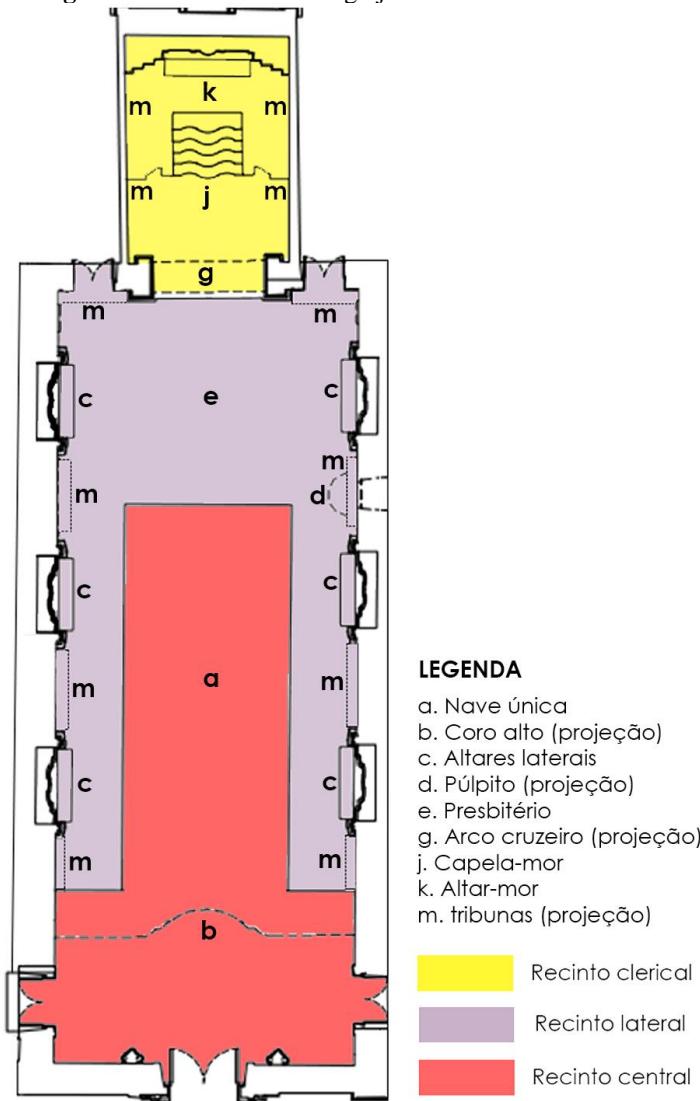
Figura 43: Coro alto da Igreja de Santa Teresa de Jesus, visto da capela-mor.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

A igreja é provida de **capela-mor** (j) com o **arco cruzeiro** (g) que o separa da nave; não há **altares colaterais** (f) nem revestimento nas suas **paredes laterais** (i). Abobadado, o **forro** (h) em madeira apresenta pintura com medalhão central com a figura da padroeira da igreja (Figura 45). O **altar-mor** (k) apresenta imponente retábulo provido de colunas salomônicas que flanqueiam nicho central onde está entronizado o Crucificado, com o brasão da Ordem coroando o arco (Figura 46). Seu **forro** (l) apresenta abóbada de arestas nervurada em cujos espaços figuram imagens de santos da Ordem (Figura 47). Quatro **tribunas** (m) cegas compõem o espaço, aliadas às oito convencionais existentes na nave da igreja.

Figura 44: Planta baixa da Igreja de Santa Teresa de Jesus.



Fonte: Levantamento cadastral IPHAN, 2016. Edição Beatriz Porfírio.

Figura 45: Forro da Igreja de Santa Teresa de Jesus.

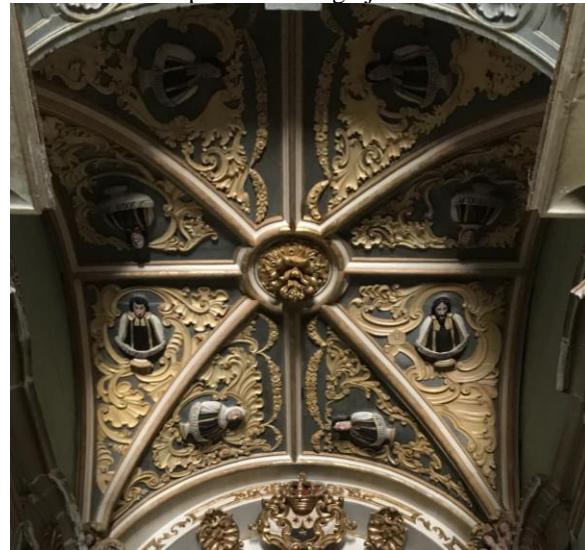


Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 46: Altar-mor da Igreja de Santa Teresa de Jesus.



Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

Figura 47: Forro da capela-mor da Igreja de Santa Teresa de Jesus.

Fonte: Acervo Beatriz Porfírio, 2020.

3.4. As semelhanças e diferenças

Uma vez apresentados os cinco espaços de culto em questão, e identificados seus elementos/estruturas constituintes, esta seção se propõe a interpretar seus resultados de modo a estabelecer um juízo sobre o grau de recorrência dos mesmos e sua relação com as recomendações da Igreja tridentina, as práticas da respectiva Ordem e as características formais da linguagem arquitetônica neles adotada. Para tanto, os resultados são catalogados num quadro-resumo de modo a facilitar a análise. A listagem dos elementos/estruturas constituintes segue uma ordem baseada na trajetória normal de uma visita ao ambiente, sequenciada a partir da

entrada, em direção ao seu fundo, onde fica sua estrutura mais importante – o altar-mor.

QUADRO RESUMO	Espaço de culto				
	Convento Franciscano			Conv. Carmelita	
Elementos constituintes	Igreja Ord. I	Capela Ord. III	Casa Exerc.	Igreja Ord. I	Igreja Ord. III
a. Nave única	X	X	X	X	X
b. Coro alto	X			X	X
c. Altares later.			X	X	X
d. Púlpito	X			X	X
e. Presbitério	X	X	X	X	X
f. Altares colat.	X			X	
g. Arco cruzeiro	X			X	X
h. Forro nave	X	X	X		X
i. Paredes lat. az.	X			X	
j. Capela-mor	X			X	X
k. Altar-mor	X	X	X	X	X
l. Forro cap. mor	X			X	X
m. Tribunas	X	X		X	X

A partir do quadro resumo acima, pode-se observar as seguintes evidências:

Três componentes são recorrentes nos cinco espaços de culto estudados, o que corresponde a 100% do material analisado: a **nave única** (a), cuja onipresença já tinha sido evocada na seção 3.1; o **presbitério** (e); e o **altar-mor** (k). Tal evidência acompanha uma das principais instruções para a fábrica de espaços de culto católicos Pós-Trento, ou tridentinos – aquela da provisão de uma **nave única**, não fragmentada, livre de obstruções, voltada para um ponto focal, o **altar-mor** que, por sua sacralidade, deveria ficar assente sobre um piso mais elevado do que o salão destinado aos fiéis, o **presbitério**.

Na sequência de recorrências, correspondendo a 80% dos itens analisados, estão três componentes: os **altares laterais** (c), os **forros** com pinturas (h), e as **tribunas** (m). Tal evidência é facilmente explicada através da prática adotada nas Ordens envolvidas – aquela de receber generosas doações por parte de fiéis comprometidos com as demandas dessas comunidades religiosas. O piso de entorno desses **altares laterais** era normalmente “cedido” a famílias de posses como locais para sepultamentos, diante do compromisso das mesmas de providenciar a manutenção das referidas estruturas *ad perpetuum* (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 67). A presença de **tribunas** se aplica à mesma prática do patronato,

uma vez que as frequentes doações que esses benfeiteiros faziam lhes davam o direito de assistirem as celebrações litúrgicas ‘do alto’, sem se ‘misturarem’ com os fiéis no pavimento da nave da igreja ou capela. Os **forros** pintados também estavam relacionados com os benfeiteiros, pois eram esses ‘mecenas’ que patrocinavam as aludidas obras de arte, fossem *trompe d’oeil* ou sob forma de caixotões. Afinal, artistas de renome, que cobravam alto por suas obras devido ao seu incontestável talento, eram contratados para tal ofício (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 128), acompanhando a prática adotada na Itália, e na Europa, no século XVII, conforme defende Dickens (1972, p. 176).

Numa escala decrescente de recorrências, mais ainda bastante significativa nesse universo de cinco espaços de culto – 60% do total – estão o **coro alto** (b), o **púlpito** (d), o **arco cruzeiro** (g), a **capela-mor** (j) e o **forro da capela-mor** (l). A incidência dessas estruturas se justifica pela própria política da Contra-reforma católica de usar recursos de arte e arquitetura para atrair fiéis: a música entoada do **coro**, a homilia proferida do alto do **púlpito**, o monumental **arco cruzeiro** emoldurando com sua ‘arte total’ o espetáculo litúrgico regido pelo sacerdote no recinto sagrado da **capela-mor**, e seu **forro** em abóbada provido de pintura sugerindo o céu com anjos e santos ‘arrebatavam’ os fiéis para uma atmosfera de Igreja triunfante, uma verdadeira espetacularização do ambiente

litúrgico, o que reforçava o caráter “didático-pedagógico da Arte” (RATZINGER, 2006, p. 95).

A presença de **altares colaterais** (f) e o revestimento das **paredes laterais** (i) com silhares de azulejos representando apenas 40% da amostragem dos espaços de culto estudados refletem outros condicionantes. No caso dos **altares colaterais**, sua presença estava vinculada à existência de capela-mor, que era comum em igrejas, não em capelas; e no caso do revestimento das **paredes laterais** com azulejos, à disponibilidade financeira da Ordem através de benfeitor que patrocinasse a encomenda, o que era mais provável no âmbito da comunidade dos frades. Os extraordinários silhares de azulejos do claustro do convento franciscano de Salvador ilustram com propriedade esse raciocínio, pois foram encomendados pelo rei D. João V no segundo quartel do século XVIII, conforme Sinzig (1933, p. 170), constituindo um dos mais valiosos acervos do gênero do Brasil.

Numa análise geral do quadro resumo, vê-se que as igrejas das Ordens Primeiras são as mais completas no tocante à provisão dos elementos/estruturas constituintes dos espaços de culto católicos, contemplando quase 100% dos mesmos – a igreja franciscana só não apresenta **altares laterais** (c), e a carmelita, o **forro** (h) da nave. Respectivamente, tais lacunas são explicadas através da ausência de

altares do tipo no arranjo físico padrão da igreja franciscana, e na retirada do forro do templo carmelita para restauro, conforme Honor (2015, p. 15), o que justifica plenamente o não atendimento da totalidade de elementos/estruturas constituintes das respectivas igrejas conventuais.

Com relação aos espaços de culto das duas Ordens Terceiras, vê-se que o templo da irmandade leiga carmelita contempla onze dos treze elementos constituintes, correspondendo a quase 85% do total. O espaço só não apresenta **altares colaterais** (f) e **paredes laterais** (i) com azulejos. Presume-se que a ausência desses elementos se deveu a contingências físicas (de espaço disponível), e materiais (de patrocínio de encomendas de arte).

Por outro lado, os espaços de culto da Ordem Terceira de São Francisco se revelam como os mais desfalcados do repertório de elementos constituintes aqui referenciado, se aproximando de 40% do mesmo. Os aludidos espaços são desprovidos de **coro alto** (b), **púlpito** (d), **altares colaterais** (f), **arco cruzeiro** (g), **paredes laterais com azulejos** (i), **capela-mor** (j), **forro da capela-mor** (l), e **tribunas** (m), no caso da Casa de Exercícios. Tais ausências se devem, provavelmente, ao contingenciamento econômico da irmandade local, já que a capela da Ordem Terceira do convento franciscano de Recife, por exemplo, era dotada de 85% das referidas

estruturas,¹¹ se destacando como um dos interiores de maior pujança decorativa da arquitetura religiosa do Brasil colonial.

Para ilustrar os resultados deste trabalho, os elementos constituintes/estruturas computados no quadro resumo dos cinco espaços de culto são apresentados em termos das respectivas plantas baixas que, postas lado a lado, e representadas graficamente na mesma escala, facilitam uma análise comparativa das mesmas, bem como a detecção de suas semelhanças e diferenças (Figuras 48, 49, 50, 51 e 52). Nesses termos, já num primeiro olhar, é perceptível a hegemonia dimensional e formal das igrejas da Ordem Primeira, onde quase a totalidade dos elementos constituintes é contemplada, como já foi mencionado. A provisão de capela-mor em si, já sugere o status de igreja, que naturalmente demanda todo o aparato estrutural e decorativo próprio a ela.

Aprofundando a presente análise a partir do quadro-resumo (pág. 59) e da prancha com as cinco plantas dos espaços de culto (pág. 63), pode-se observar as semelhanças dos seus elementos/estruturas constituintes e, no âmbito das mesmas, identificar diferenças que se apresentam, seguindo a mesma sequência de análise iniciada à página 60.

¹¹ Sobre a Capela da Ordem Terceira do Recife, ver REINAUX (2006).

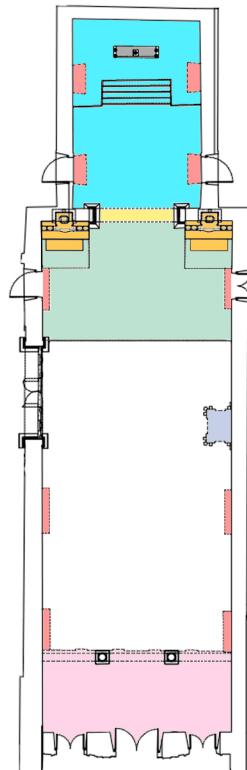
Assim, considerando os três elementos/estruturas constituintes presentes em todos os cinco espaços de culto (100%), a nave única retangular (a) e o altar-mor (k) têm semelhanças formais, mas não o presbitério (e), que apresenta diferenças na igreja da Ordem Terceira do Carmo e na capela da Ordem Terceira franciscana, cujos formatos são em “U” na primeira, e fragmentado em três plataformas em frente a cada altar na última.

Com relação aos três elementos constituintes com semelhanças em quatro dos cinco espaços estudados (80% do total), os altares laterais (c) da ordem carmelita apresentam diferenças daqueles adossados às paredes franciscanas, por estarem inseridos em nichos em arco pleno. Há diferenças também no forro (h) da capela da Ordem Terceira franciscana, disposto em caixotões, não em xilogravura contínua sobre abóbada rasa como nos demais; e nas tribunas (m) da igreja da Ordem Terceira do Carmo, que além de guarnecer as paredes laterais da nave, flanqueiam o respectivo arco cruzeiro.

No tocante aos cinco elementos constituintes semelhantes em três espaços de culto (60% do total), as diferenças estão na supressão das colunas do coro alto (b) da igreja dos terceiros carmelitas, bem como na presença de quatro púlpitos (d) na igreja conventual da Ordem do Carmo (quando a situação comum era a provisão de

Espaços de culto do convento franciscano

Figura 48: Planta baixa da igreja principal (Ordem Primeira)



ESCALA GRÁFICA

0 5 10 15 20 25 m

Espaços de culto do convento carmelita

Figura 51: Planta baixa da igreja principal (Ordem Primeira)

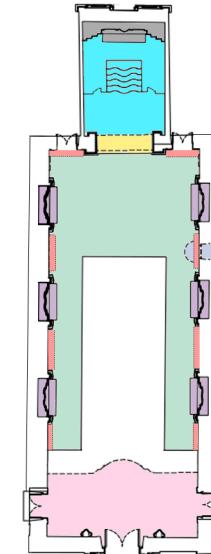
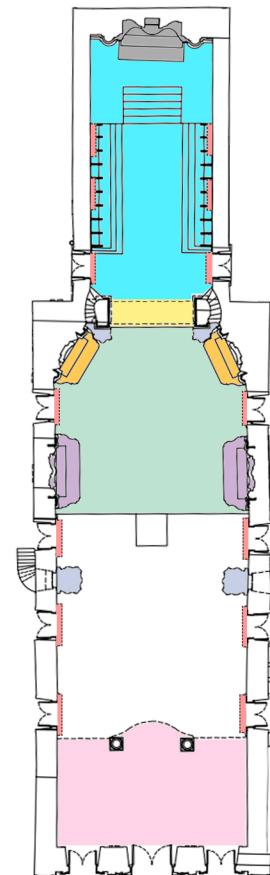


Figura 52: Planta baixa da igreja da Ordem Terceira

LEGENDA

	Nave retangular		Altares laterais		Presbitério		Arco cruzeiro (projeção)		Altar-mor
	Coro Alto (projeção)		Púlpito (projeção)		Altares colaterais		Capela-mor		Tribunas (projeção)

Obs.: Os elementos constituintes **forro da nave** e **forro da capela-mor** não estão indicados nas plantas baixas por estarem projetados, assim como as **paredes laterais**, cujos tratamentos coincidem com o traço interno das respectivas alvenarias.

apenas um púlpito por templo). O alongamento da capela-mor (j) da aludida igreja para acolhimento do coro baixo constitui outra diferença, assim como o forro da capela-mor (l) da igreja da ordem terceira carmelita, disposto em abóbada de arestas com nervuras, e seu arco cruzeiro (g), flanqueado por portas no térreo e tribunas no andar superior, divergindo da prática de dois altares colaterais.

Finalmente, considerando as semelhanças de elementos constituintes em apenas dois dos espaços estudados (40% do total), as diferenças são perceptíveis na disposição diagonal dos dois altares colaterais (f) da igreja principal dos carmelitas, diversa dos respectivos altares do templo franciscano, dispostos transversalmente à nave; e nos revestimentos azulejares das paredes laterais (i) dos dois templos, os quais, apesar de historiados, no espaço franciscano apresentam uma sequência de dezoito painéis com borda superior reta, alusivos à vida de José do Egito, e no caso carmelita, os dez painéis com bordas superiores recortadas evocam episódios separados da História da Ordem do Carmo.

Enfim, através dos procedimentos aqui adotados, fica registrado um panorama geral dos cinco espaços de culto objetos do presente estudo, os quais, à luz dos parâmetros formais eleitos para análise, de uma maneira geral, replicam as práticas empregadas em recintos do gênero construídos à época, os quais deviam ser

pautados em recomendações da Igreja Católica reformada. As especificidades dos resultados, obtidos a partir de uma reflexão sobre os mesmos, são tratadas nas considerações finais, apresentadas a seguir.

Considerações Finais

Considerações Finais

À conclusão do presente trabalho, os resultados dele obtidos apontam para importantes evidências que devem ser consideradas. A primeira delas é a permanência dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo no cenário histórico e cultural da cidade de João Pessoa, definindo rotas e marcando presença desde o final do século XVI e início da centúria seguinte através da exuberante arquitetura que apresentam.

A respeito da arquitetura apresentada nos dois conjuntos edificados, é importante registrar sua semelhança no tocante à composição plástica, pautada na nova linguagem que efervescia no âmbito da arquitetura religiosa na Europa na segunda metade do século XVIII, e que se tornaria emblemática na propaganda da Contra-Reforma em plagas católicas – o Barroco.

A convergência da disposição geral dos dois cenóbios constitui outro ponto digno de nota, tendo as respectivas igrejas da Ordem Primeira papel de destaque, sobretudo pela escala que apresentam no contexto dos demais espaços constituintes dos conventos. Sua configuração física, pautada na nave retangular, única, conforme foi preconizada pelo discurso tridentino, e exaustivamente mencionada no decorrer do ensaio, foi também contemplada nos outros três espaços de culto estudados, viabilizando

aos fiéis uma completa leitura do templo, com destaque para seu ponto focal – a capela-mor e/ou altar-mor.

Com relação aos treze elementos/estruturas constituintes dos cinco espaços de culto adotados como parâmetros para análise, é importante destacar que são as três igrejas os ambientes onde todos foram contemplados sob forma de estruturas retabulares flanqueadas por colunas salomônicas, xilopinturas, silhares de azulejos historiados e peças na talha dourada. Como foi dito no capítulo anterior, o patronato era a prática que garantia a provisão tanto das obras de construção como de embelezamento dessas igrejas, independentemente da Ordem a que pertenciam – franciscana ou carmelita – ou do seu *status* – Primeira ou Terceira.

Sobre essa dualidade supracitada, a evidência comprova que a disposição do espaço de culto no conjunto religioso sugeria a relação de dependência entre as Ordens. Os dois espaços da Ordem Terceira franciscana, por exemplo, mostram claramente sua relação de subordinação à respectiva Ordem Primeira, na medida que não tinham entrada independente, só podendo ser acessados através das instalações dos frades menores. Já a Igreja de Santa Teresa de Jesus não demonstrava a mesma dependência, já que foi erigida justaposta à igreja conventual, tendo entrada exclusiva e independente.

Sobre tal igreja se verifica que, o *layout* nela adotado, é totalmente diferente dos demais espaços de culto aqui estudados, seguindo o padrão de plantas da maioria dos templos de irmandades de leigos no Brasil colônia, onde o piso do presbitério se estendia à frente dos altares laterais, gerando faixas destinadas aos fiéis do sexo masculino, enquanto que a área central, mais baixa, era destinada às mulheres, numa clara demonstração da estratificação de gênero própria da sociedade colonial. A capela da Ordem Terceira de São Francisco sugere uma aproximação com tal desenho, porém, como apresenta indícios de não ter sido finalizada, nada se pode concluir sobre a questão.

Tal questão, como outras não explicadas no presente ensaio, a exemplo da ausência de sete elementos/estruturas constituintes dos treze elencados para análise nos dois espaços de culto da Ordem Terceira de São Francisco, sugerem o potencial que o tema oferece para a investigação dos motivos que concorreram para a ausência dos mesmos. A despeito da provável dificuldade financeira, de patronato, outros fatores poderiam ter contribuído para que essas estruturas não fossem contempladas, até o próprio fato de serem capelas, hierarquicamente menos importantes, frequentemente menores que as igrejas, e, portanto, susceptíveis de serem omitidas.

Finalmente, é importante destacar que, apesar das várias referências acerca dos conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo na antiga cidade da Parahyba, a análise de seus espaços de culto nos moldes aqui propostos é inédita, sugerindo uma nova dinâmica de investigação pautada na observância de critérios materiais pré-definidos – os elementos/estruturas constituintes desses espaços. Os resultados quantitativos obtidos atestam a propriedade e eficácia do estudo, não só comprovando pressupostos das ordens, ou atendendo recomendações da Igreja, mas sobretudo reiterando a importância do patrimônio investigado para a história da arquitetura religiosa da antiga cidade da Parahyba e do Brasil colonial.

Referências

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Complexo arquitetônico Carmelita da Paraíba**: Arte Sacra nas Igrejas do Carmo e Santa Tereza. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

BARBOSA, Florentino. **Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1953.

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. I Volume. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BLUNT, Anthony. **Teoria artística na Itália: 1450-1600**. 4^a ed. Tradução Moura Jr, João. São Paulo: Cosac e Naify Edições, 2001.

BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la Fabrica y del Ajuar eclesiásticos**. Tradução Coria, Bulmaro Reyes. Mexico: UNAM/ Imprenta Universitaria, 1985.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A Presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1988.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Distrito Federal: Iphan/Monumenta, 2006.

CASIMIRO, Ana Palmiro Bittencourt Santos. **Mentalidade e Estética na Bahia Colonial**: A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia e o Frontispício da sua Igreja. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

CAVALCANTI FILHO, Ivan. The Franciscan Convents of North-East Brazil: function and design in a colonial context 1585-1822. 2009. 253f. Tese (Doutorado em História da Arte). Oxford Brookes University, Oxford, 2009.

DICKENS, A. G. **A Contra Reforma**. Tradução Antônio Gonçalves Mattoso. Rio de Janeiro: Editorial Verbo, 1972.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. Os gradis entalhados nas igrejas baianas no século XIX. In: XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 2010, Rio de Janeiro. **Anais** ... Rio de Janeiro: CBHA, 2010. p. 623-632.

GARCEZ, Angelina. **Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2007.

GEMELLI, Frei Agostinho. **O Franciscanismo**. Petrópolis: Vozes, 1944.

HONOR. André Cabral. **Catálogo de Azulejos da Igreja do Carmo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

HONOR, André Cabral. **Do monte do Carmo à Paraíba: a presença da cultura carmelita na cidade de João Pessoa.** In: XIII Encontro de História Anpuh, 2008, Rio de Janeiro. **Anais** ... Rio de Janeiro: Identidade, 2008. p. 1-9.

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil:** Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1979.

MENDES, Francisco Roberval; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

MENEZES, Ivo Porto de. **Arquitetura Sagrada.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MORIONES, Ildefonso. **O Carmelo Teresiano:** páginas de sua história. Trad. Vitória. Disponível em: <http://www.ocd.pcn.net/hp_1.htm#1>. Acesso em março de 2020.

MOURA FILHA, Maria Berthilde; CAVALCANTI FILHO, Ivan. Ordens Terceiras Franciscanas setecentistas: três casos de emancipação espacial na arquitetura brasileira. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Org.). **Os Franciscanos no Mundo Português III:** O legado franciscano. Porto: CEPESE, 2013. p. 649-672.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil Séculos XVI – XVIII. 2004. 464 f. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade do Porto, Porto, 2004.

NÓBREGA, Humberto. **Arte Colonial da Paraíba.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1974.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **O Barroco na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2003.

PASTRO, Cláudio. **Guia do espaço sagrado.** São Paulo: Editora Loyola, 2001.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Espírito da Liturgia.** 2^a ed. Tradução Jana Almeida Olsansky. Prior Velho: Editora Paulinas, 2006.

REINAUX, Marcílio. **A Capela Dourada do Recife.** Recife: Comunigraf Editora, 2006.

RODRIGUES, Alvimar (Ed). **Quatro séculos de Arte Sacra:** a Igreja de São Francisco, o Convento de Santo Antônio e a Capela da Ordem Terceira. João Pessoa: Governo do Estado, 1990.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil 1500-1627**. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 1982.

SINZIG, Frei Pedro. **Maravilhas da Religião e da Arte na Egreja e no Convento de São Francisco da Baía**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.